

ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ

ANÁLISE ACERCA DE INDÍCIOS DE DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL EM
FACE AO CENÁRIO CAMBIAL NO PERÍODO DE 2004 A 2007.

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Fim de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof^o José Gabriel Porcile Meirelles

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

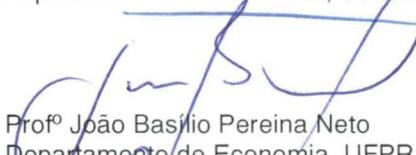
ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ

ANÁLISE ACERCA DE INDÍCIOS DE DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL EM
FACE AO CENÁRIO CAMBIAL NO PERÍODO DE 2004 A 2007.

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof.º José Gabriel Porcile Meirelles
Departamento de Economia, UFPR


Prof.º João Basílio Pereira Neto
Departamento de Economia, UFPR


Prof.º Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 23 de junho de 2009

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE TABELAS	iv
RESUMO	v
1. INTRODUÇÃO	6
2. CONCEITOS – DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DOENÇA HOLANDESA	9
2.1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	9
2.2. BREVE PANORAMA ACERCA DAS RAZÕES PARA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	12
2.3. DOENÇA HOLANDESA.....	15
2.3.1 Origem da Expressão.....	15
2.3.2. Especificidades do Conceito.....	16
2.3.3. Implicações da Doença Holandesa.....	17
2.3.4. Doença holandesa e seus efeitos no setor industrial.....	19
3. COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2004 A 2007	21
3.1. TENDÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL ENTRE 2004-2007.....	21
3.2. RESERVAS INTERNACIONAIS.....	25
3.3. BALANÇA COMERCIAL.....	29
3.4. RETRATO DA BALANÇA COMERCIAL.....	32
4. DOENÇA HOLANDESA E A ECONOMIA BRASILEIRA	37
4.1. PARTICIPAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL NA FORMAÇÃO DO PIB BRASILEIRO..	37
4.2. EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	41
4.3. POSICIONAMENTOS ACERCA DA DOENÇA HOLANDESA NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	45
5. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	PRODUÇÃO-PRODUTIVIDADE-EMPREGO NA UNIÃO EUROPEIA.....	11
GRÁFICO 2	EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL.....	23
GRÁFICO 3	EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE CÂMBIO.....	24
GRÁFICO 4	EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS.....	27
GRÁFICO 5	PIB INDUSTRIAL TRIMESTRAL.....	39
GRÁFICO 6	COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS TRIMESTRAIS.....	39
GRÁFICO 7	EMPREGO INDUSTRIAL.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO.....	24
TABELA 2	INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS SETORIAIS.....	29
TABELA 3	IMPORTAÇÕES GERAIS.....	30
TABELA 4	EXPORTAÇÕES GERAIS.....	31
TABELA 5	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL.....	31
TABELA 6	PAUTA DE EXPORTAÇÕES.....	33
TABELA 7	PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES.	34
TABELA 8	PRODUTO INTERNO BRUTO.....	38
TABELA 9	PIB SETORIAL.....	38
TABELA 10	PARTICIPAÇÃO DO PIB INDUSTRIAL NA ECONOMIA.....	40
TABELA 11	EMPREGO NO BRASIL.....	42
TABELA 12	PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL....	45

RESUMO

O presente trabalho visa apurar a existência de indícios ou pré-condições para manifestação de sintomas da doença holandesa na economia brasileira, a partir do panorama da taxa de câmbio no período de 2004 a 2007.

Para isso, trabalha-se inicialmente com as concepções relacionadas ao tema, apresentando definições pertinentes a desindustrialização e doença holandesa. Em seguida, com base em dados estatísticos de instituições oficiais, avalia-se o comportamento da taxa de câmbio no Brasil no período acima referido, bem como as variáveis que possam justificar tal comportamento. Finalmente, o foco passa especificamente para o setor industrial, onde a partir de informações relativas à participação no Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego avaliam-se possíveis efeitos ocorridos no desempenho do setor em virtude da valorização da taxa de câmbio.

Os resultados apontam que no período objeto deste trabalho não se encontram indícios suficientes para afirmar que a economia brasileira padece da doença holandesa. Todavia, as demais variáveis relacionadas apontam para um cenário propício à configuração desta falha de mercado, a qual pode se manifestar ao longo do tempo, eis que não se refere a uma situação de curto prazo.

Palavras-chave: desindustrialização, doença holandesa, taxa de câmbio.

1. INTRODUÇÃO

O funcionamento de uma economia é permeado pela interação contínua de diversos elementos de natureza econômica. Taxa de câmbio, balanço de pagamentos, taxa de juros, dentre outros interagem entre si traçando um perfil que caracteriza a economia de determinado país.

Ademais, os frutos desta interação não se esgotam no momento presente. Por certo que opções definidas no presente trarão impactos em outras variáveis a ela diretamente relacionadas ou dela dependentes em um ponto futuro. Ou seja, nem sempre um fenômeno econômico presente pode ser explicado sem uma leitura acurada dos fatos ocorridos no passado de determinada economia.

Os exemplos que comprovam esta afirmação são inúmeros. Cite-se apenas a título ilustrativo a relação entre taxa de juros e produção. É sabido que uma decisão presente quanto a elevação ou redução de uma taxa básica tende a não produzir a totalidade de seus efeitos instantaneamente no produto de uma economia. Dado o vínculo existente entre estas variáveis, a decisão presente da taxa de juros refletirá com um "gap" de alguns meses na produção. De outra forma, seria afirmar que o nível de produção presente de um país guarda relação com decisão passada relativa a taxa de juros.

Diante deste cenário, intenta-se analisar as peculiaridades entre determinados fatores envolvidos na configuração econômica do Brasil, ora a pauta de exportações, taxa de câmbio e produção.

A leitura dos dados econômicos disponíveis¹ relativos a taxa de câmbio demonstram que a moeda brasileira sofreu uma forte valorização no período de 2004 a 2007 em relação a moeda norte-americana.

Várias podem ser as justificativas para explicar tal fenômeno. A existência de uma balança comercial superavitária, a elevada taxa de juros praticada no país favorecendo a entrada de capitais especulativos atraídos pela possibilidade de obter ganhos de arbitragem, a condução da política monetária norte-americana com caráter expansivo, muito em decorrência da necessidade de financiar as guerras em que o país se encontra envolvido, o que resulta em tendência de enfraquecimento global do dólar norte-americano. Embora não sejam exaustivas, tratam-se de

¹ Conforme será demonstrado posteriormente no curso deste trabalho a partir de dados obtidos no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil.

hipóteses que certamente possuem algum grau de correlação com o fenômeno inicialmente exposto.

Dentre estas variáveis, destaca-se para o presente trabalho a dinâmica da balança comercial brasileira. No período anteriormente indicado, o Brasil obteve superávits comerciais que permitiram ao país amearhar grande soma de dólares para suas reservas. Concomitantemente, nota-se um movimento de valorização da moeda brasileira no mesmo período. Tal situação é de extrema razoabilidade. Um aumento no fluxo de dólares disponíveis leva a redução de sua escassez e, conseqüentemente, tende a ocorrer uma redução de seu preço.

Nota-se também que grande parte do superávit é explicado pelo "boom" mundial das commodities. Um forte aumento da demanda somada a elevação dos preços internacionais permitiu ao país agregar grandes somas pela exportação destes produtos.

Neste cenário de expansão do nível de recursos oriundos da exportação de commodities com a valorização da taxa de câmbio nasce a preocupação com a competitividade internacional de outros setores da economia, em especial a indústria.

O câmbio valorizado tem o condão de prejudicar o desenvolvimento das atividades industriais voltadas a exportação pelo encarecimento dos produtos brasileiros em relação a seus competidores no mercado internacional². Isto gera perda de competitividade da indústria nacional, com a queda de sua participação na formação do produto do país e na geração de empregos.

Portanto, apresenta-se um potencial cenário nominado pela literatura econômica como doença holandesa ou maldição dos recursos naturais, onde a abundância destes recursos em determinado país pode ser prejudicial ao desenvolvimento de outras atividades nesta economia, em especial aquelas relacionadas à indústria.

Expostas todas as considerações iniciais, pretende-se neste trabalho de conclusão de curso precisar os conceitos, estabelecer vínculos e apresentar as devidas conclusões acerca da presença de indícios de doença holandesa no Brasil, em virtude do comportamento das exportações e da taxa de câmbio no país no

² A presente conclusão decorre do fato de que a valorização do câmbio obriga aos importadores de produtos brasileiros despendem maiores somas de dólares para adquirir um mesmo produto, cujo preço se mantém constante em moeda local.

período de 2004 a 2007, ou ainda, verificar se estão presentes os requisitos para um diagnóstico de doença holandesa na dinâmica econômica do país.

Para tanto, o presente trabalho está dividido em 04 (quatro) capítulos distintos: a) no primeiro, apresentam-se conceitos caros ao presente trabalho, como desindustrialização e doença holandesa, com o fim de se obter subsídios teóricos para o desenvolvimento dos trabalhos seguintes; b) no segundo, trata-se do comportamento da taxa de câmbio no período de 2004-2007, as causas afetas a este comportamento – principalmente quanto a evolução das reservas internacionais, comportamento da balança comercial, detalhamentos deste comportamento – e posteriormente um breve comparativo com o comportamento da taxa de câmbio em outros países periféricos; c) no terceiro, analisam-se os dados relativos a participação da indústria na mão-de-obra empregada no país e a participação deste setor na composição do PIB; d) no quarto, apresentam-se as conclusões pertinentes aos objetivos inicialmente traçados para o presente trabalho.

2. CONCEITOS – DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DOENÇA HOLANDESA

2.1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Na economia de um país a formação de seu produto normalmente deriva da agregação de resultados decorrentes do desenvolvimento de atividades em setores distintos. De modo simplista, poder-se-ia dizer que o PIB de um país está intimamente vinculado ao resultado da soma dos resultados obtidos agricultura, indústria e serviços.

Também, um fator de extrema relevância a ser considerado reside na participação de cada um destes setores na estrutura de emprego do país. Por meio deste dado, obtém-se um retrato de como se caracterizam os setores produtivos e como o capital humano encontra-se alocado. Neste sentido, Palma apresenta as seguintes considerações acerca da evolução da composição do emprego:

Essencialmente, no curso do longo-prazo do desenvolvimento econômico, as mudanças na estrutura de empregos são deflagradas por um aumento da produtividade do setor agrícola. Esse aumento reduz a necessidade de mão-de-obra na agricultura, aumentando ao mesmo tempo tanto a demanda por insumos agrícolas intermediários como por insumos de capital, e a demanda por bens de consumo por parte daqueles que se beneficiam do aumento de produtividade agrícola. Conseqüentemente, dois processos são deflagrados: um em que a mão-de-obra começa a ser liberada da agricultura; e outro no qual a mão-de-obra é absorvida progressivamente por outros setores da economia – inicialmente por aquelas atividades cujos produtos se beneficiaram da maior demanda da agricultura e depois pela dinâmica mais geral do crescimento econômico. Durante essa nova fase, geralmente chamada de fase de “industrialização”, a mão-de-obra é absorvida pela indústria e serviços. Na fase seguinte, paralelamente a uma contração contínua do emprego na agricultura e uma expansão do emprego no setor de serviços, segue a tendência de estabilização da participação do emprego industrial no contexto geral de empregos. Finalmente, vem uma nova fase, na qual o emprego industrial começa a cair, (primeiro em termos relativos e depois, ao menos em alguns países, em termos absolutos); neste meio tempo, os serviços continuam sendo a fonte principal de absorção de mão-de-obra. Essa fase mais tarda é comumente chamada de fase de “desindustrialização”.³

Segundo o autor, focando seu raciocínio a partir da alocação da mão-de-obra disponível, há um deslocamento inter-setorial da mão-de-obra ao longo do tempo. Primeiramente da agricultura para a indústria e serviços, numa fase dita

³ PALMA, José Gabriel. **Quatro Fontes de “Desindustrialização” e um Novo Conceito de “Doença Holandesa”**. Disponível em http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf. Acesso em 04/03/2009. p. 2

industrialização. Posteriormente se estabiliza a participação no emprego industrial e finalmente o emprego neste setor começa a declinar migrando para o setor de serviços.

Em resumo, a partir da dinâmica de participação do emprego na economia, Palma define a desindustrialização como o período em que ocorre o declínio do emprego na indústria.

No mesmo sentido, Rowthorn e Wells⁴ definem a desindustrialização como um fenômeno caracterizado principalmente pela retração relativamente expressiva do emprego em comparação aos demais setores, em especial o de serviços.

Todavia, os mesmos autores concluem ainda que “a desindustrialização em economias avançadas não é necessariamente um fenômeno indesejável, mas essencialmente uma consequência natural do dinamismo exibido por esses países.

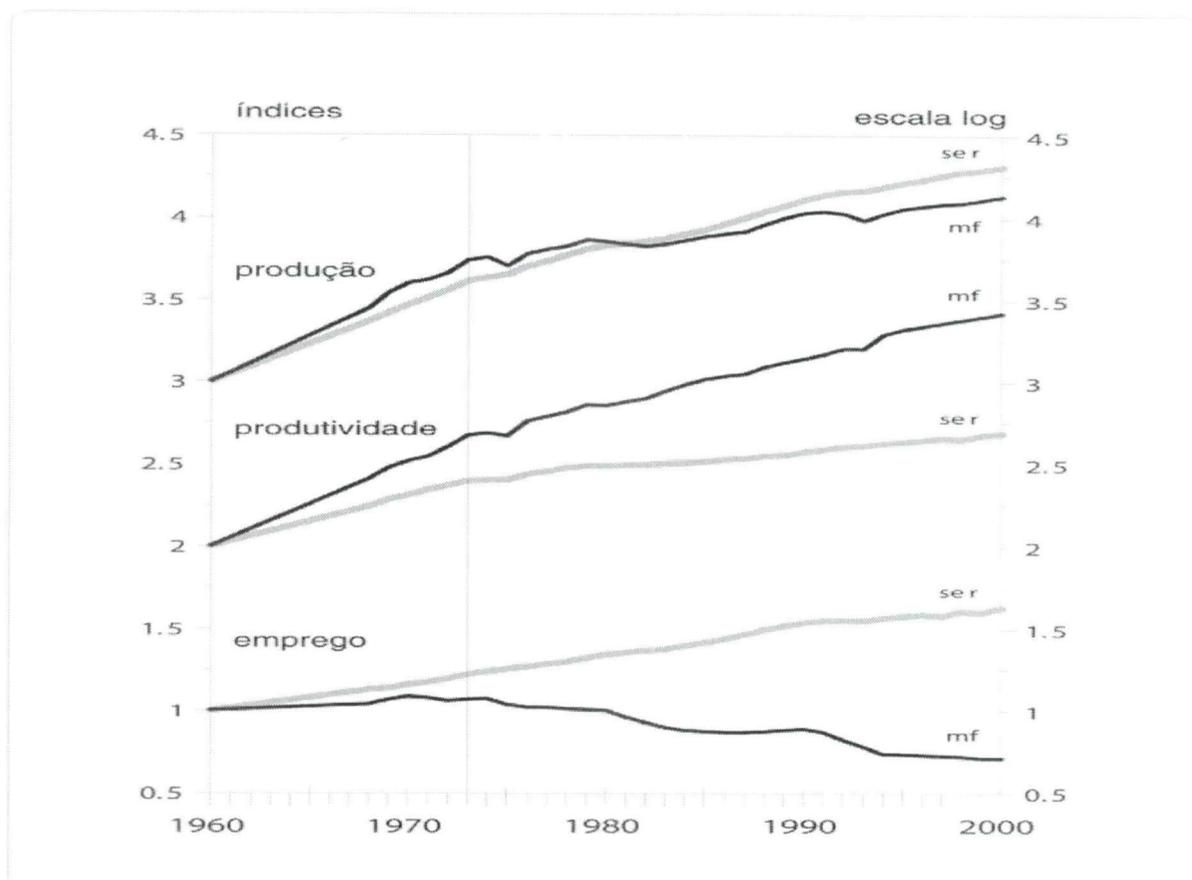
Por meio desta afirmação, os autores procuram desmistificar a carga negativa que a expressão sugere. Em consonância com Palma, entendem que se trata de um fenômeno natural, esperado e desejado, como fruto do desenvolvimento econômico do país.

Em geral, a desindustrialização está diretamente associada a ganhos de produtividade no setor, que permite liberar parcela da mão-de-obra alocada no setor industrial para o setor de serviços.

Como exemplo, o gráfico abaixo indica a relação produção-produtividade-emprego na União Européia para a indústria e o setor de serviços:

⁴ NASSIF, André. **Há evidências de Desindustrialização no Brasil?** *Apud* ROWTHORN, Robert E. e WELLS, John R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press. 1987. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td-108.pdf>. Acesso em 16/12/2008. p.9.

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO-PRODUTIVIDADE-EMPREGO NA UNIÃO EUROPÉIA



mf = indústria; e ser = serviços.
 Fonte: Rowthorn (1997).

A partir dos dados contidos no gráfico acima, Palma conclui:

Como resultado, entre 1973 e 2000, a União Européia foi capaz de aumentar sua produção de manufaturados em cerca de 50% enquanto reduzia o emprego em quase 30%. Ao mesmo tempo, para continuar aumentando sua produção de serviços (mesmo que isso tenha sido feito a passos lentos, e certamente muito mais devagar do que no período precedente), a União Européia teve que aumentar o emprego nesse setor em mais de 50%.⁵

Portanto, a desindustrialização não pode ser vista como um fenômeno repentino. Trata-se de um processo contínuo, que perdura ao longo do tempo. Este fenômeno pode ser explicado por diferentes razões, conforme se expõe na seção seguinte.

⁵ PALMA, José Gabriel. Op. cit. p. 4.

2.2. BREVE PANORAMA ACERCA DAS RAZÕES PARA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Na presente seção almeja-se apresentar as causas que impulsionam a dinâmica econômica na redução da participação do emprego industrial na estrutura de empregos do país.

Em estudo realizado por Rowthorn e Ramaswamy, a conclusão para a desindustrialização é apresentada os seguintes termos:

A principal conclusão deste artigo é que a desindustrialização é explicada por fatores que são internos às economias avançadas. – como resultado das interações para mudanças nos padrões de preferências entre manufaturados e serviços, o rápido incremento da produtividade das manufaturas em comparação aos serviços, e a associação do declínio relativo dos preços das manufaturas.⁶ (tradução nossa)

A concepção apresentada pelos autores tem por foco os países avançados, de onde por intermédio de regressões econométricas obtém valores que sustentem as conclusões por eles indicadas.

Todavia, considerando que no presente capítulo se objetiva apresentar as noções teóricas sob as quais se desenvolverá o presente trabalho, vale-se das 04 (quatro) fontes de desindustrialização apontadas por Palma, com as devidas complementações de autores diversos e esclarecimentos adicionais que porventura se repute úteis ao desenvolvimento do presente trabalho.

Deste modo, as fontes de desindustrialização são: a) uma relação de “U invertido” entre renda per capita e emprego industrial; b) uma relação inversa entre renda per capita e emprego industrial; c) um declínio na renda per capita correspondendo ao ponto de virada da regressão; d) a doença holandesa.

⁶ ROWTHORN, Robert e RAMASWAMY, Ramana. **Growth, Trade, and Deindustrialization**. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>. Acesso em 08/04/2009. p. 34.

a) uma relação de “U invertido” entre o emprego industrial e renda per capita:

Neste motivo, considera-se que o emprego industrial relaciona-se com a renda per capita de acordo com o nível de renda do país.

A partir do entendimento de Palma, conclui-se que o “U invertido” significa que, conforme aumenta a renda, o emprego industrial aumenta, depois se estabiliza e finalmente cai.

Tal posição coaduna-se com a conclusão formulada por Nassif:

Ou seja, na formulação pioneira de Clark (1957), países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB. mas, à medida que alcançam níveis médios de renda *per capita*, essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda *per capita*, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços.⁷

Conclui-se da leitura dos entendimentos apresentados que os pontos de inflexão relativos ao comportamento do setor industrial na participação do emprego na economia serão determinados pelo alcance de determinado nível de renda *per capita*. Ou seja, a taxa de crescimento do produto deve ser superior a taxa de crescimento populacional, de forma a permitir maior acúmulo de renda e assim, alterar as preferências para produtos relacionados em especial ao setor de serviços.

b) uma relação inversa entre renda per capita e emprego industrial

Para Palma, “a relação de U invertido de Rowthorn não é estável através do tempo, mas ao contrário, segue um declínio contínuo em países de renda média e alta.”⁸

Ainda, segundo o mesmo autor, a curva U apresenta formatos distintos ao longo do tempo. Ou seja, o momento em que ocorre a inflexão não observa um comportamento uniforme ao longo do tempo.

As explicações para este comportamento decorrem da combinação de 03 (três) fatores em especial, conforme Palma assevera:

⁷ NASSIF, André. Op. cit. p. 9

⁸ PALMA, José Gabriel. Op. cit. p. 7.

a propagação do novo paradigma tecnológico (microeletrônica):⁹ o processo cada vez mais significativo de detalhamento da cadeia de valores que vem sendo realizado por tecnologias de multi-produtos e que está levando a realocação a países em desenvolvimento da parte de montagem do processo de produção, intensa em termos de mão-deobra. Entretanto, ao menos de igual (ou maior) importância são as consequências das novas políticas econômicas dos anos 80 – especialmente a desaceleração acentuada do crescimento econômico que seguiu a implementação da marca radical dos anos 80 de políticas deflacionárias associadas ao monetarismo – e as transformações maciças institucionais e financeiras que caracterizaram a economia mundial nesse período.⁹

Os fatores indicados aceleram o processo de desindustrialização, por minimizarem o nível de renda em que se inicia a redução do emprego industrial em determinada economia.

c) um declínio na renda per capita correspondendo ao ponto de virada da regressão

A presente fonte de desindustrialização vincula o ponto de virada da regressão à renda per capita. Segundo Palma, a renda per capita necessária para ocasionar o ponto de inflexão se reduz ao longo do tempo.

Destarte, Rowthorn e Wells previram tal fenômeno, justificando-o pelo rápido crescimento da produtividade na indústria dos países desenvolvidos, o que permitiria aos países em desenvolvimento iniciarem seus processos de desindustrialização a níveis menores de renda per capita.¹⁰

d) a doença holandesa

Finalmente, a doença holandesa configura-se como outra fonte de desindustrialização.

⁹ Ibidem. p. 8 e 9.

¹⁰ NASSIF, André. **Há evidências de Desindustrialização no Brasil?** *Apud* ROWTHORN, Robert E. e WELLS, John R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td-108.pdf>. Acesso em 16/12/2008. p. 9.

Por se tratar de tópico de extrema importância ao desenvolvimento deste trabalho, aborda-se o tema em separado, com uma seção específica para tratá-lo de forma mais detalhada.

2.3. DOENÇA HOLANDESA

2.3.1. Origem da expressão

O termo doença holandesa¹¹ aparentemente foi cunhado pela primeira vez na revista "The Economist" em 1977. Na visão de Nakahodo e Jank, a origem deste termo pode ser explicada da seguinte forma:

A discussão remonta ao fenômeno ocorrido na Holanda na década de 1960, quando a descoberta de grandes depósitos de gás natural teve impactos distintos sobre a economia local: se, por um lado, as exportações proporcionaram um aumento da renda, por outro lado a apreciação do florim holandês - em função da entrada de divisas externas provenientes das vendas da commodity energética - tornaram as exportações dos outros produtos menos competitivas. Em outras palavras, configurava-se, nesse cenário, o "mal dos recursos naturais" ou "doença holandesa".¹²

No mesmo sentido, Souza Jr. explica a origem da expressão:

O termo doença holandesa ou "maldição dos recursos naturais" se refere à relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor industrial. Em 1977 a revista "The Economist" utilizou o termo para descrever o processo de declínio pelo qual passava o setor industrial na Holanda após a descoberta de grande fonte de gás natural. Com o início da exploração, a Holanda passou a exportar gás natural em grandes proporções, o que provocou uma maciça entrada de divisas decorrente de suas receitas de exportação. O efeito da entrada de moeda estrangeira foi a forte valorização de sua moeda local (na época, o florim). A valorização cambial atingiu de maneira direta o setor industrial, afetando sua competitividade externa, estimulando as importações, o que levou a um processo de desindustrialização.¹³

¹¹ Alguns autores costumam utilizar a expressão maldição dos recursos naturais, como sinônimo de doença holandesa.

¹² NAKAHODO, Sidney Nakao e JANK, Marcos Sawaya. **A Falácia da "Doença Holandesa no Brasil**. Disponível em http://iepecdg.com/DISK/Arquivos/Leiturassugeridas/Doenca_HOLANDESAFINAL6MARfinal-27032006.pdf. Acesso em 11/03/2009. p. 2

¹³ SOUZA JR, Geraldo Lopes. **Doença holandesa: o Brasil corre este risco?** Disponível em http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/publicacao_economia/artigos/edicao1/holandesa.pdf. Acesso em 11/03/2008. p. 1

Outras citações caberiam para o presente tópico no intuito de qualificar a origem do termo doença holandesa. Todavia, dado o objetivo desta subseção, resta claro que a expressão visa qualificar o problema enfrentado pela economia holandesa em função da descoberta e exploração de grandes fontes de gás natural, cujos recursos oriundos da exportação levaram a apreciação da moeda local e, conseqüentemente, resultando em dificuldades para outros setores da economia, em especial a indústria.

2.3.2. Especificidades do conceito

O conceito de doença holandesa ou maldição dos recursos naturais merece uma abordagem mais detalhada. Para tanto, recorre-se a definição apresentada por Bresser-Pereira:

Doença holandesa ou maldição dos recursos naturais é a sobre-apreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por este explorar recursos abundantes e baratos cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio claramente menor do que a taxa de câmbio média que viabiliza setores econômicos de comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte¹⁴

Em sentido próximo, Nakhodo e Jank defendem:

A principal questão que se coloca no debate sobre a "doença holandesa" é a apreciação da moeda em função da entrada de dólares no país por conta do aumento das exportações de commodities e o impacto potencialmente negativo sobre os produtos manufaturados.¹⁵

Sintetizando os conceitos, a noção de doença holandesa observa a seguinte dinâmica: há disponibilidade abundante de algum recurso natural. O país começa a exportar massivamente este produto. Os recursos decorrentes da exportação resultam na entrada intensa de dólares¹⁶ no país, resultando na apreciação da moeda local. Esta apreciação diminui ou elimina a competitividade de outros bens produzidos no país, em especial os oriundos da indústria, no comércio internacional.

¹⁴ BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Doença Holandesa e sua Neutralização: uma Abordagem Ricardiana.** Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07_26_DoencaHolandesa.15dezembro.pdf. Acesso em 03/04/2009. p. 7.

¹⁵ NAKAHODO, Sidney Nakao e JANK, Marcos Sawaya. Op. cit. p. 14

¹⁶ Tendo por referência o dólar americano como moeda de troca internacional.

Em resumo, a descoberta de um recurso natural que, em princípio seria uma dívida, pode resultar em um grave problema para o país, na forma exposta no parágrafo anterior.

Cumprir mencionar que para Bresser-Pereira o problema não tem como origem única os recursos naturais, mas também excesso de mão-de-obra de baixo custo disponível. O autor explica da seguinte forma:

A existência de mão-de-obra barata não dá origem a rendas ricardianas mas tem efeito semelhante ao do recurso natural barato. A condição necessária para que trabalho barato seja causa de doença holandesa é a de que o leque salarial seja substancialmente maior do que nos países ricos – uma condição normalmente presente nos países em desenvolvimento porque a diferença entre os salários dos trabalhadores e dos engenheiros tende a ser muito maior. As indústrias que usam principalmente trabalho barato têm um custo marginal correspondentemente mais barato do que o mesmo custo nas indústrias tecnologicamente sofisticadas. Em consequência, a taxa de câmbio tende a convergir para o nível que torna rentável a exportação de bens que utilizam mão-de-obra barata. Ao acontecer isto - e dado o fato de que os salários serem desproporcionalmente maiores nas indústrias mais sofisticadas – os bens que usam essa tecnologia e, portanto, mão-de-obra mais cara ficarão inviabilizados economicamente.¹⁷

A citação transcrita ilustra uma visão ampliada das causas da doença holandesa. Entretanto, resta clara a associação do problema com a presença de uma variável, seja ela um recurso natural abundante ou mão-de-obra barata em excesso, que produz reflexos na taxa de câmbio do país, com efeitos maléficos para outros setores econômicos como o industrial.

2.3.3. Implicações da doença holandesa

Configurado os contornos que definem a incidência da doença holandesa em determinada economia, aborda-se neste momento as implicações que dela decorrem:

Em Bergevin¹⁸, o excesso de produtos naturais em determinada economia resulta em 03 (três) situações prejudiciais. Na primeira ocorre o chamado efeito-deslocamento, onde a grande demanda por recursos para viabilizar a exploração

¹⁷ BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Op. cit. p. 29

¹⁸ BERGEVIN, Philippe. **Energy Resources: Boon or Curse for the Canadian Economy?** Discussion Paper nº 377, Statistics Norway, Research Department, Maio de 2004. Disponível em <http://www.part.gc.ca/library/prbpubs/prb0586-e.htm>. Acesso em 11/03/2009. p. 2 e 3.

acarreta o deslocamento dos demais recursos da economia para este setor, em prejuízo dos demais.

Um segundo problema está no efeito-gasto, no qual a entrada dos investimentos estrangeiros aplicados na exploração acabam por valorizar a moeda local, resultando na perda de competitividade dos demais setores da economia. Ainda, o aumento do fluxo de recursos pode acarretar em aumento da demanda interna, inflacionando preços nesta economia.

Por fim, há o efeito-transbordamento, pela geração de externalidades positivas via transferência de tecnologia entre os setores da economia. Assim, perde-se ou minimiza-se este efeito, pois normalmente, o setor de recursos naturais gera poucas externalidades positivas pela natureza da sua execução, em oposição ao setor de manufaturados tende a gerar maiores inovações, e assim, elevar o nível de “transbordamento” para outros setores da economia. oferece as seguintes considerações:

Dados os efeitos negativos na economia, a doença holandesa pode ser considerada uma falha de mercado. Na lição de Bresser-Pereira. “A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge quase todos os países em desenvolvimento e pode obstaculizar sua industrialização de maneira permanente, sem controle do mercado, já que o mercado converge para uma taxa de câmbio de equilíbrio de longo prazo que é causada por essa doença”¹⁹

Por ter um caráter prejudicial à economia, a correta e tempestiva percepção de sua ocorrência é de suma importância ao bom andamento da economia de um país. em especial pelas conseqüências que podem resultar ao setor industrial do país.

2.3.4. Doença holandesa e seus efeitos no setor industrial

O objetivo desta abordagem reside em agregar elementos teóricos mais específicos à relação proposta. Ou seja, na presença de elementos que caracterizem a doença holandesa, quais seriam os efeitos diretamente relacionados ao setor industrial.

¹⁹ BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Op. cit., p. 6.

Os países atingidos pela doença holandesa ou exportam há muito um recurso natural mas jamais se industrializaram, ou lograram industrializar-se durante algum tempo mas depois entraram em processo de desindustrialização prematura.²⁰

O mesmo autor apresenta as razões para a ocorrência destas 02 (duas) possibilidades:

No primeiro caso, o país jamais neutralizou a doença holandesa que assume um caráter relativamente permanente. Seu sintoma claro é o fato desse país não produzir outros bens comercializáveis a não ser aqueles beneficiados pelas rendas ricardianas da doença holandesa. (...)

No segundo caso, o país possui amplos recursos naturais e os exporta mas mesmo assim industrializou, havendo, portanto, neutralizado a doença holandesa – geralmente com o uso de tarifas de importação e subsídios à exportação. Entretanto, sob pressão internacional, acusado de 'protecionismo', esse país deixou de neutralizá-la em nome da liberalização comercial não obstante não houvesse, na verdade, protecionismo nessas tarifas mas mera neutralização de uma falha de mercado. Em consequência da liberalização a taxa de câmbio efetiva-efetiva se aprecia em termos efetivos, considerados, na mensuração da taxa de câmbio anterior à liberalização, as tarifas e subsídios que a faziam efetivamente mais depreciada. A apreciação não é imediatamente percebida, porque fica disfarçada pelo fato de que parte da apreciação decorrer da eliminação das tarifas e subsídios. Entretanto, a indústria de transformação do país começa em pouco tempo a sofrer os efeitos da apreciação e a desindustrialização prematura põe-se em marcha.²¹²²

Nota-se que a doença holandesa representa um processo de “estrangulamento” gradual das possibilidades de retornos com o desenvolvimento de atividades industriais e, por via reflexa, acaba por comprometer o próprio crescimento do país. Conforme sintetiza Bresser-Pereira, “a taxa de câmbio necessária pra um país crescer é aquela que torna competitivas indústrias que estejam no estado da arte tecnológica. Se uma indústria utilizando tecnologia mais moderna não tem capacidade de competir com empresas estrangeiras, é sinal que a taxa de câmbio está apreciada.”²³

²⁰ BRESSER-PEREIRA, Op. cit. p. 19.

²¹ Ibidem. p. 19 e 20.

²² Por óbvio que a economia brasileira, objeto deste trabalho, apresenta características suficientes para enquadrar-se no panorama da 2ª hipótese. O país goza de relevante grau de industrialização, de forma a ser completamente desarrazoado relacionar o país como membro do grupo a que se refere a 1ª hipótese.

²³ BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Doença holandesa e estagnação**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2159>. Acesso em 11/03/2009. p. 1.

Diante das considerações prestadas ao longo deste capítulo, avança-se para o trato específico das peculiaridades da economia brasileira relacionadas ao objetivo deste trabalho.

3. COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2004 A 2007.

No presente capítulo intenta-se em um primeiro momento expor por meio de dados a tendência de comportamento da taxa de câmbio brasileira no período acima referido.

Identificada esta tendência, busca-se então apresentar possíveis causas que possam estar relacionadas à este comportamento.

3.1. Tendência da taxa de câmbio no Brasil entre 2004-2007

A taxa de câmbio é indiscutivelmente uma das mais importantes variáveis de uma economia. Ilustra-se sua importância por comentário proferido por Bresser-Pereira, o qual afirma que “o câmbio é o preço mais importante de um país. Além da importação e exportação, determina investimentos, poupança, inflação e crescimento.”²⁴

Em termos práticos, é preciso diferenciar para fins de análise a taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio real. De forma direta e concisa, Mankiw define:

Taxa de câmbio nominal é a taxa a qual se pode trocar a moeda de um país pela moeda de outro país.

Taxa de câmbio real é a taxa a qual se pode trocar bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro país.²⁵

Para o desenvolvimento do presente trabalho, tal distinção torna-se relevante para apreciação das informações a seguir apresentadas acerca do comportamento da taxa de câmbio no Brasil.

Quanto a taxa de câmbio brasileira, cumpre primeiramente abordar a política econômica adotada em relação a esta variável. É fato notório que o país adota um regime de câmbio flutuante. Em artigo jornalístico recente, relativo aos 10 anos de sua adoção, relembra-se o cenário em que ocorreu esta opção:

²⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. Câmbio flutuante faz 10 anos com teste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 2009. Caderno DINHEIRO, p. B.3. Entrevista concedida a Toni Sciarretta.

²⁵ MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia**. 2ª Ed. americana. Trad: MONTEIRO, Maria José Cyhlar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. p. 668.

Dez anos atrás, o Brasil parou para tentar desarmar uma “bomba-relógio” montada pouco após o Plano Real. Era a política de bandas cambiais que mantinha o dólar quase fixo e havia sido um dos pilares do sucesso do combate à inflação, mas que, em janeiro de 1999, parecia ter os dias contados por conta dos desequilíbrios externos e da sangria das reservas internacionais. (...)

Em janeiro de 1999, porém, soltar as comportas do câmbio era tão “assustador”, segundo as palavras do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, que o então presidente Fernando Henrique Cardoso optou por sua proposta de tentar “administrar” o que depois se comprovou incontrolável. A escolha pela proposta de Lopes culminou na demissão de Gustavo Franco, então titular do BC, que preferia esperar um pouco mais para deixar o sistema de bandas cambiais. (...)

Diante do impasse, o governo fez então uma maxidesvalorização do real de 8,3% no dia 13 de janeiro, por meio da hoje folclórica “banda diagonal endógena” do professor Chico Lopes, que criava um espaço maior de variação do dólar.

O resultado foi um desastre tão grande que a tentativa de controlar a desvalorização durou 48 horas. A ação surtiu um efeito oposto ao esperado e gerou uma corrida ainda maior contra o real, que “derreteu” 17.36% em dois dias. No dia 15 de janeiro, o real estava em queda livre e o país parecia mergulhado em um abismo. Mas a taxa de câmbio flutuou.²⁶

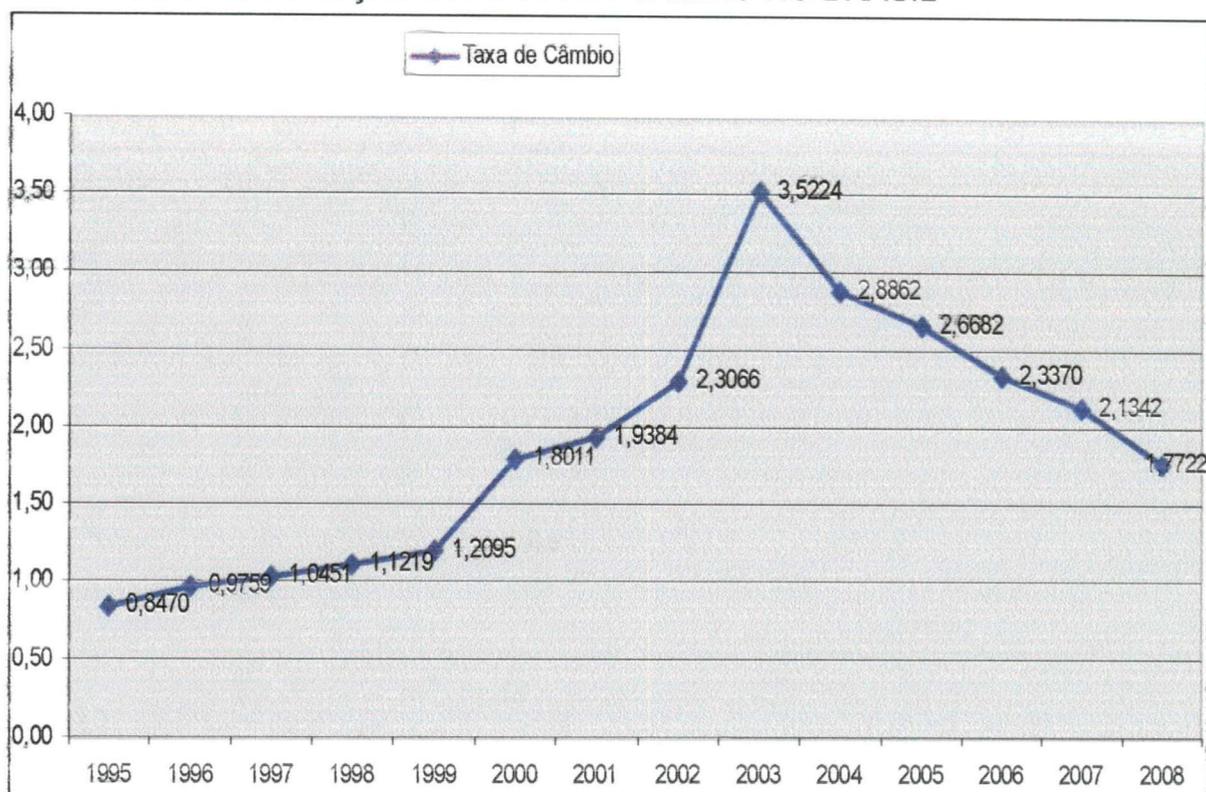
A opção pela taxa de câmbio flutuante tem como grande implicação, segundo Blanchard, o fato que “um país que decide operar sob taxas de câmbio flexíveis deve aceitar o fato de que ficará exposto a flutuações substanciais da taxa de câmbio ao longo do tempo.”²⁷

Neste contexto, dada a viabilidade de variação da taxa de câmbio em razão do regime vigente no Brasil, este indicador apresenta o seguinte comportamento de acordo com gráfico abaixo:

²⁶ SCARRETTA, Toni. Câmbio flutuante faz 10 anos com teste. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 12 de janeiro de 2009. Caderno DINHEIRO, p. B.3.

²⁷ BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4ª Ed. trad. MARTINS, Cláudia e ROSEMBERG, Mônica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 425.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis no Banco Central do Brasil.

Notas: Os valores acima representam a cotação da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano com base no valor de fechamento do primeiro dia de cada ano.

Os dados demonstram que a moeda brasileira apresenta um sólido e contínuo processo de apreciação em face a moeda norte-americana. Em termos nominais, em 5 anos, a moeda brasileira passa a ser cotada por menos da metade de seu preço inicial. Isto demonstra a magnitude da tendência de apreciação da moeda brasileira²⁸ neste período.

O gráfico permite visualizar com maior clareza a intensidade da valorização do real no período em tela, principalmente se considerarmos o curto espaço de tempo e a intensidade de manifestação deste fenômeno.

Reforçando este entendimento, apresenta-se tabela comparativa dos percentuais de apreciação da moeda ano após ano:

²⁸ Uma análise pormenorizada dos valores diários da taxa de câmbio brasileira, disponíveis no endereço eletrônico do Banco Central, permite observar de forma mais clara o processo de apreciação da moeda. Ademais, nota-se que este processo não é linear ao longo do tempo. Em determinados períodos a moeda se desvaloriza, retornando a patamares de meses anteriores, como no período do início de maio/2004 ao final de junho/2004. Todavia, este processo reverte-se de forma a predominar substancialmente um processo de valorização da moeda brasileira.

TABELA 1 – VARIACAO DA TAXA DE CÂMBIO

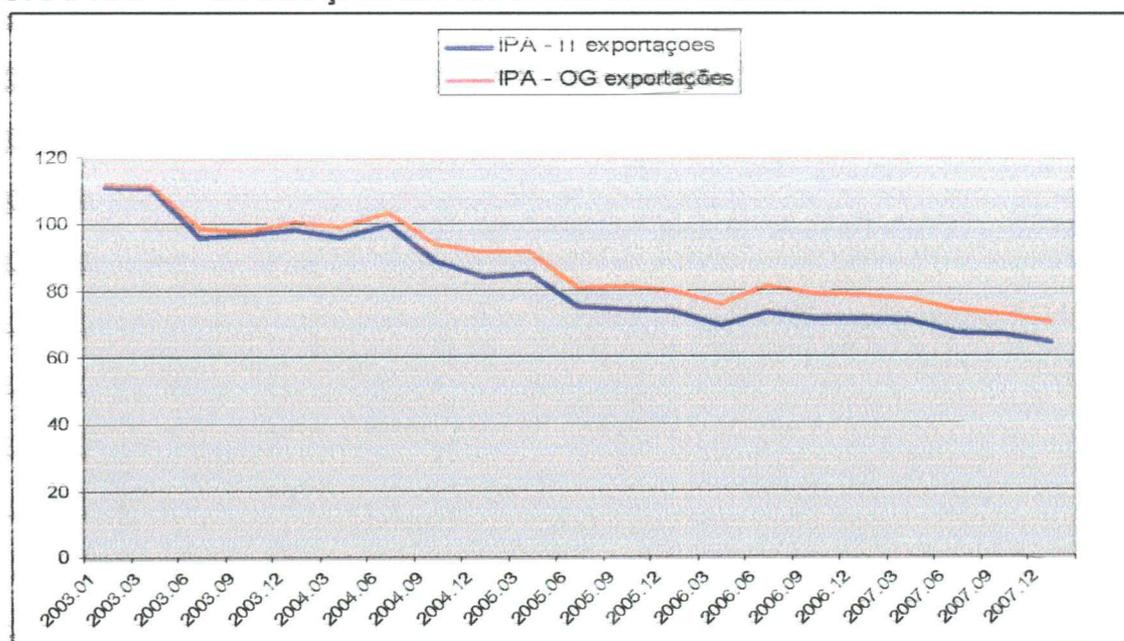
Ano	Valor	Comparação	Variacão Nominal(%)
2003	3,5224	-	0
2004	2,8862	2003-2004	-18,06%
2005	2,6682	2004-2005	-7,55%
2006	2,337	2005-2006	-12,41%
2007	2,1342	2006-2007	-8,68%
2008	1,7722	2007-2008	-16,96%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os números apontam para a persistente valorização da taxa de câmbio ao longo do período apontado. Se considerada uma comparação entre 2003 e 2008, chega-se a um espantoso percentual de variação de 49,69%, ou seja, a moeda brasileira praticamente “dobrou de preço” neste período.

Tal situação acarreta graves conseqüências no funcionamento da economia real. Como o câmbio é um indicador fundamental de troca do país, uma forte valorização implica em alterações dos padrões de troca interno e externos à economia. O gráfico abaixo demonstra um pouco desta situação:

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE CÂMBIO



Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Notas: Taxa de câmbio - efetiva real - IPA-IT - exportações - manufaturados²⁹ - índice (média 2000 = 100). Taxa de câmbio - efetiva real - IPA-OG - exportações³⁰ - índice (média 2000 = 100)

²⁹ Medida da competitividade das exportações brasileiras calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil. A paridade do poder de compra é definida pelo quociente entre a taxa de câmbio nominal (em R\$/unidade de moeda

Os índices apresentados demonstram que o câmbio real brasileiro sofre um contínuo processo de valorização. Isto implica em ganhos reais em termos de poder aquisitivo para o consumidor brasileiro em comparação ao consumidor internacional. Também significa que os bens brasileiros tornam-se mais “caros” aos compradores internacionais. Do mesmo modo, os produtos importados tornam-se mais “baratos” ao comprador nacional.

Superada esta etapa, cumpre investigar como medida preliminar as possíveis causas desta valorização, visando obter subsídios concretos relacionados ao fim de deste trabalho.

3.2. Reservas Internacionais

A taxa de câmbio está diretamente atrelada ao fluxo de recursos de moeda estrangeira no país. De outra forma, seu “preço” é determinado pela abundância ou escassez com que se configura em determinado país.

Uma das formas de verificar o fluxo de capitais em determinado país é por meio da evolução de suas reservas internacionais. Estas podem ser qualificadas da seguinte forma:

Conceito: Reservas internacionais brutas compreendem ativos externos prontamente disponíveis, sob controle do Banco Central, cuja principal função é o financiamento de desequilíbrios no balanço de pagamentos ou a regulação da magnitude desses desequilíbrios, pelo ajuste do nível da taxa de câmbio mediante intervenção no mercado de câmbio.

Definição: As reservas internacionais brutas abrangem haveres no Banco Central e a posição de reserva no FMI.

Classificação: As reservas internacionais no Banco Central são constituídas por ouro monetário, DES e ativos em moeda estrangeira, representados por depósitos (*overnight*, acordo de recompra no FED, prazo fixo), títulos, títulos de exportação (até outubro de 2000), créditos cedidos a outros países (até fevereiro de 2001) e créditos cursados em acordo de

estrangeira) e a relação entre o Índice de Preço por Atacado (IPA) do país em caso e o Índice de Preços por Atacado da indústria de transformação (IPA-IT/FGV) do Brasil. As ponderações utilizadas são as participações de cada parceiro no total das exportações brasileiras de manufaturados em 2001.

³⁰ Medida da competitividade das exportações brasileiras calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil. A paridade do poder de compra é definida pelo quociente entre a taxa de câmbio nominal (em R\$/unidade de moeda estrangeira) e a relação entre o Índice de Preço por Atacado (IPA) do país em caso e o Índice de Preços por Atacado oferta global (IPA-OG/FGV) do Brasil. As ponderações utilizadas são as participações de cada parceiro no total das exportações brasileiras em 2001.

convênio. A posição de reserva no FMI também é computada nas reservas no Banco Central.³¹

Em linha de raciocínio muito próxima, transcreve-se o seguinte entendimento:

É o total de moeda estrangeira (principalmente dólares, no caso brasileiro) mantido pelo Banco Central (BC), disponível para uso imediato. As reservas internacionais têm origem nos superávits do balanço de pagamentos: toda vez que há uma entrada de moeda estrangeira, o BC realiza o câmbio, ficando com os dólares e pagando os exportadores em reais. Quando há mais entradas de dólares que saídas, o BC acumula reservas. Inversamente, quando o país é deficitário, há uma saída de divisas que o BC cobre fazendo uso das reservas acumuladas. Além dessa função, de cobrir os eventuais déficits nas contas externas, as reservas internacionais também podem ser usadas para evitar ataques especulativos contra a moeda. Assim, quando especuladores do mercado financeiro tentam provocar fortes altas ou baixas do dólar no mercado, o BC pode usar as reservas para neutralizar esses movimentos.³²

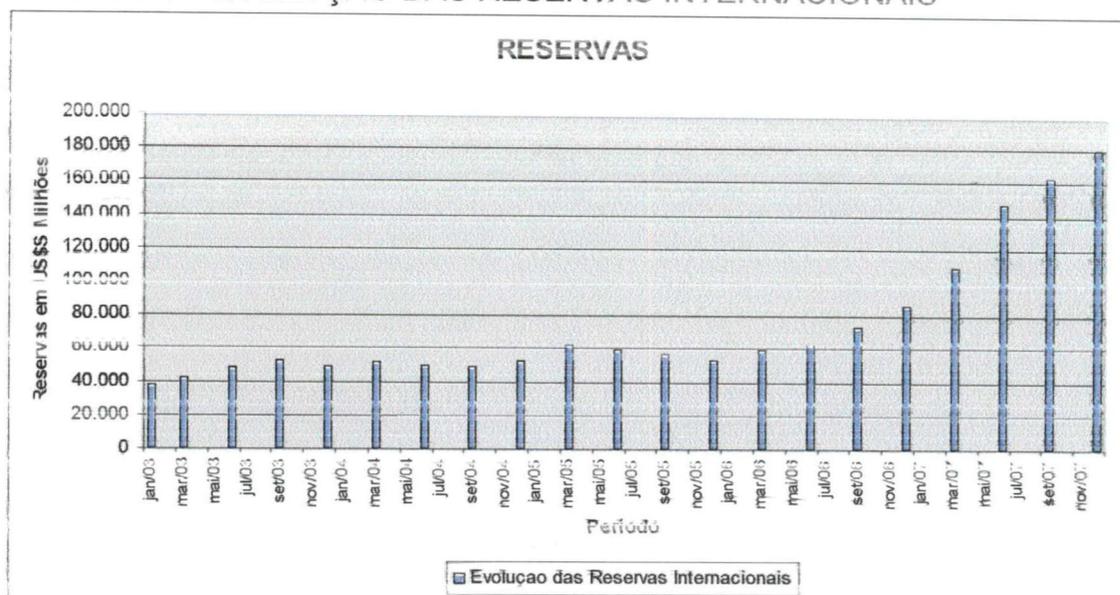
Portanto, o volume de reservas internacionais relaciona-se diretamente com o comportamento da balança de pagamentos. Esta é composta pelo resultado das transações correntes e da conta movimento de capitais. A primeira está dividida entre a balança comercial e a balança de serviços. Já a segunda é composta pelos movimentos de capitais autônomos e compensatórios. Assim, o resultado conjunto de todas estas contas será o resultado da balança de pagamentos e, conseqüentemente, trará reflexos nas reservas internacionais do país.

A evolução das reservas internacionais brasileiras observa ao seguinte comportamento ao longo dos últimos anos:

³¹ Banco Central do Brasil. Disponível em http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/reservasint_p.htm. Acesso em 18/05/2009.

³² AE Investimentos. Disponível em http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=2631. Acesso em 18/05/2009.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS



Fonte: Elaborado por conta própria a partir de dados disponíveis no Banco Central do Brasil.

Os dados apresentados são suficientes para concluir que o Brasil vem expandindo continuamente o volume de suas reservas internacionais. O país apresenta um quadro de expansão de reservas, em especial a partir do segundo semestre de 2006.

No caso brasileiro, considerando que a entrada de divisas no país está relacionada a superávits no balanço de pagamentos, o fluxo positivo pode ser majoritariamente justificadas por 03 (três) fatores principais: a) taxa de juros; b) investimento estrangeiro direto; c) balança comercial³³.

Em linhas sucintas, a taxa de juros no Brasil tem grande influência na acumulação de reservas dada a atratividade dos títulos públicos nacionais remunerados pela elevada taxa SELIC³⁴. Assim, há o incentivo à entrada pela possibilidade de obtenção de ganhos de arbitragem, onde o investidor obtém retornos derivados do diferencial entre a taxa de captação do recurso em outro país

³³ Quanto a este tópico, vale transcrever trecho de artigo publicado no jornal Folha de São Paulo do dia 25/05/2009, lavrado por Bresser-Pereira, como o título "Por que não limitar a entrada de capitais?" quando conclui que "Entretanto, como esse excelente coordenador da economia que é o mercado não é capaz de realizar essa tarefa específica (manter a taxa de câmbio em preço que assegure o equilíbrio da conta corrente do país), a flutuação da taxa de cambio nos países em desenvolvimento tem um viés para o lado da apreciação que, não sendo corrigido pelo governo, termina em crise do balanço de pagamentos. As causas dessa tendência são estruturais, associadas à doença holandesa e à maior rentabilidade dos investimentos, às quais se somam as políticas da ortodoxia convencional de crescimento com poupança externa, âncora cambial e taxa de juros elevadas."

³⁴ É notório que o Brasil pratica uma das mais elevadas taxas de juros no mundo, em percentuais de 02 (dois) dígitos, enquanto os demais países desenvolvidos ou emergentes praticam taxas substancialmente inferiores.

e a remuneração atrelada a taxa de juros em país diverso. Quanto ao problema, cita-se a seguinte explicação:

A principal variável a explicar o movimento de capitais entre os países é a taxa de juros. Quanto maior a taxa de juros em um país em relação ao resto do mundo, maior será o estímulo a aplicar recursos naquele país. Se a mobilidade de capital fosse perfeita em nível mundial, o retorno esperado das aplicações nos diferentes países deveria ser a mesma. A esse processo de homogeneização dos rendimentos entre diferentes países (e entre diferentes ativos financeiros) dá-se o nome de arbitragem, que opera da seguinte forma: se em determinado país a taxa de juros está muito elevada em relação a outro país, tem-se fuga de recursos do país com baixa taxa de juros em direção ao país que está com taxas elevadas, de tal modo que a taxa de juros no primeiro tende a elevar-se, enquanto no segundo (receptor) tende a cair, levando a igualdade entre as taxas dos dois países.³⁵

O investimento estrangeiro direto decorre das potencialidades do país em possibilitar retornos de investimento. A atratividade está relacionada a um enorme gama de aspectos que não se resumem às condições econômicas do país. Elementos de natureza institucional (ex: agilidade e eficiência de atuação do Poder Judiciário), preferências da população via culturas locais (ex: hábitos alimentares), dentre outros exemplificam fatores considerados para alocação de investimentos.

O Brasil, embora enfrente problemas das mais diversas ordens, não pode assumir um papel coadjuvante no cenário internacional. O país apresenta características que o tornam singular no contexto de investimentos internacionais, tornando-o assim um local atrativo no tocante a obtenção de retornos. Neste cenário, explica Guimarães acerca das peculiaridades que, de certa forma, tornam o país atrativo ao investidor internacional:

Apenas o Brasil, os Estados Unidos e a China estão, ao mesmo tempo, na relação dos dez países de maior território, dos dez mais países mais populosos e dos dez países de maior PIB (em paridade de poder de compra) do mundo. O território brasileiro não é atingido por desastres naturais nem por climas extremos e nele se encontram os maiores estoques de biodiversidade e de água potável do mundo, terras aráveis capazes de produzir alimentos em quantidade suficiente para alimentar 400 milhões de pessoas, jazidas minerais variadas, de grande potencial e qualidade. A população brasileira, utilizando uma só língua e sem abrigar conflitos étnicos e religiosos, cresce mais de 1% ao ano e deverá ultrapassar 200 milhões até 2020, o que permite articular um mercado de dimensão continental, menos vulnerável a choques externos, capaz de abrigar quase todas as atividades produtivas, qualquer que seja sua escala mínima. No período entre 1900 e 1987, o PIB brasileiro foi aquele que

³⁵ GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, A. S. de, TONETO JUNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

apresentou o maior crescimento no mundo, o que significa expressiva acumulação de capital, capacidade tecnológica moderna adquirida por empresários, engenheiros e operários e, portanto, a possibilidade de se expandir e diversificar. Finalmente, a situação geográfica – com 15 mil quilômetros quadrados de fronteiras terrestres com dez países, de tamanho médio ou pequeno, nenhum deles com território ou população superiores a 20% do Brasil, com exceção da Colômbia, sem a ocorrência de fronteiras disputadas e com 8 mil quilômetros de litoral em frente à África Ocidental – confere ao Brasil uma situação geográfica de grande relevância e uma possibilidade de ação política internacional correspondente.³⁶

Tudo isso, somado a melhora dos indicadores econômicos e evolução do cenário político³⁷, fazem do Brasil um país mais atraente aos olhos dos investidores internacionais. Portanto, é razoável o ingresso de investimentos no país, conforme demonstra o quadro abaixo.

TABELA 2 – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS SETORIAIS

Atividade Econômica	US\$ milhões					
	Ingressos 2/					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agric., pecuária e extrat. mineral	1.482,83	1.065,25	2.188,01	1.360,50	4.982,07	12.995,57
Indústria	4.506,02	10.707,82	6.402,81	8.743,78	12.166,08	14.012,97
Serviços	6.909,37	8.484,70	12.924,38	12.124,40	16.556,44	16.877,75
Total	12.898,22	20.257,77	21.515,20	22.228,69	33.704,58	43.886,30

Fonte: Banco Central do Brasil.

O ingresso de investimentos estrangeiros por certo influi nas reservas internacionais e conseqüentemente, na definição da taxa de câmbio brasileira.

Por fim, dada a importância da balança comercial para o desenvolvimento deste trabalho, demanda tratamento em tópico específico.

3.3. Balança Comercial

A balança comercial é um dos itens que compõe a balança de pagamentos de determinado país. Por intermédio de seu conteúdo é possível aferir o panorama de trocas realizadas pelo país com o setor externo em certo período. Compõe-se de

³⁶ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 341 e 342.

³⁷ Apenas a título ilustrativo desta colocação cita-se a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001, tendo por fim precipuo controlar a expansão de gastos com pessoal na esfera da Administração Pública brasileira, algo visto como indicativo de austeridade no trato na máquina pública. Também poder-se-ia citar o sistema de metas de inflação, que confere maior transparência aos objetivos das políticas econômicas adotadas no Brasil.

valores relativos à importação e exportação de produtos. A importação representa a aquisição de bens produzidos no exterior pela economia local. De forma inversa, a exportação aponta para as vendas de bens produzidos na economia local para o exterior

Os resultados da balança comercial podem apresentar características distintas ao longo do tempo. Se o valor das importações forem superiores ao valor das exportações, afirma-se que o país está em déficit comercial; por outro lado se as exportações superarem as importações, o país estará em um quadro de superávit comercial.

Por fim, a apresentação dos dados da balança comercial é diferenciada de acordo com o objeto da análise. As informações podem dirigir-se a um setor específico de atividade, agrupamentos de setores ou ainda, de forma mais ampla, ao conjunto de atividades da economia.³⁸

Nos últimos anos, o Brasil apresentou o seguinte comportamento para as importações:

TABELA 3 – IMPORTAÇÕES GERAIS

IMP BRASIL (FOB)			
Período	US\$ bi	Var.	Part.%
2002	47,2	-15,0	9,4
2003	48,3	2,2	8,7
2004	62,8	30,0	9,5
2005	73,6	17,2	8,3
2006	91,4	24,2	8,5
2007	120,6	32,0	9,3
2008	173,2	43,6	11,0

Fonte: Exportações e Importações Brasileiras: SECEX e MF/SRF.

Já as exportações apresentam a seguinte configuração:

³⁸ Tais conceitos são bastante simples e não demandam maiores digressões neste momento. A valoração necessária para o avanço do presente trabalho demanda tão somente esta compreensão básica.

TABELA 4 – EXPORTAÇÕES GERAIS

EXPORTAÇÕES BRASIL (FOB)				
Período	US\$ bi	Var.	Part.%	
2002	60,4	3,7	11,9	0,9
2003	73,1	21,08	13,2	0,9
2004	96,5	32,01	14,5	1,0
2005	118,3	22,63	13,4	1,1
2006	137,5	16,2	12,8	1,2
2007	160,6	16,86	12,4	1,2
2008	197,9	23,21	12,6	1,25

Fonte: Exportações e Importações Brasileiras: SECEX e MF/SRF

Desta maneira, a balança comercial brasileira apresenta-se superavitária ao longo dos anos indicados, ou seja, o país tem exportado mais do que importado:

TABELA 5 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

	Export. Brasil	Import. Brasil	Saldo Comercial
Período	US\$ bi	US\$ bi	US\$ bi FOB
2002	60,4	47,2	13,1
2003	73,1	48,3	24,7
2004	96,5	62,8	33,7
2005	118,3	73,6	44,7
2006	137,5	91,4	46,1
2007	160,6	120,6	40,0
2008	197,9	173,2	24,7

Fonte: Exportações e Importações Brasileiras: SECEX e MF/SRF

O saldo comercial positivo é expressivo. Com isso, ingressa moeda estrangeira no país, fruto da utilização da moeda norte-americana como referencial de trocas no comércio internacional. Assim, o Brasil vem acumulando superávits comerciais que acabam por compor a balança de pagamentos e conseqüentemente aumentando o volume de reservas internacionais.

O Banco Central³⁹, em numa análise relativa aos anos de 2004 a 2007, representa em números a importância do setor exportador na formação da balança

³⁹ Informações disponíveis e extraídas do endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Aduana/Balanca/default.htm>. Acesso em 19/05/2009.

comercial. Os relatórios anualizados apontam que o setor expandiu-se em 32,57%, 24,69%, 14,16% e 16,30% respectivamente nos anos mencionados, comparando com o desempenho do ano anterior.

Destarte, o notório das conclusões dos relatórios anuais é o destaque do setor exportador para o resultado da balança comercial, puxado pela alta dos preços internacionais dos produtos básicos, inserção em novos mercados e expansão da demanda mundial, em especial no mercado chinês. Ainda, os produtos manufaturados e semi-manufaturados também destacam-se no cenário exportador, recuperando espaço em determinados mercados internacionais.

Deste modo, resta claro que o ingresso de recursos na economia brasileira oriundos de transações comerciais internacionais. Com isso, resta investigar a origem destes recursos para aproximar os dados indicados neste trabalho ao real objetivo, ora investigar a existência de indícios ou pré-condições para configuração da doença holandesa na economia brasileira em virtude do comportamento das variáveis econômicas a ela relacionadas no período de 2004 a 2007.

3.4. Retrato da Balança Comercial

Conforme exposto na seção anterior, a balança comercial brasileira apresenta um comportamento superavitário ao longo dos últimos anos. Todavia, os dados na forma com foram apresentados são insuficientes para determinar com clareza a origem destes recursos, ou seja, quais atividades contribuíram e como contribuíram para configuração do quadro de exportações brasileiras.

Desta forma, as exportações brasileiras apresentam o seguinte comportamento em relação aos setores:

TABELA 6 – PAUTA DE EXPORTAÇÕES

Exportação brasileira – FOB								
Por fator agregado (US\$ milhões)								
Período	Básicos	Variação	Industrializados				Total	Variação
			Semimanuf.	Variação	Manufat.	Variação		
2004*	28 529	-	13 433	-	54 716	-	96 678	-
2005*	34 732	21,74%	15 963	18,83%	67 835	23,98%	118 529	22,60%
2006*	40 285	15,99%	19 523	22,30%	78 000	14,98%	137 807	16,26%
2007*	51 596	28,08%	21 800	11,66%	87 254	11,86%	160 649	16,58%
2008*	73 028	41,54%	27 073	24,19%	97 842	12,13%	197 942	23,21%

Fonte: MDIC/Secex⁴⁰

Ao longo dos anos, as exportações brasileiras evoluíram em termos de valores em todos os segmentos. Em termos percentuais, denota-se claramente a preponderância da expansão dos produtos básicos em relação aos semimanufaturados e manufaturados. Embora a maior participação para o total permaneça com os produtos manufaturados, o crescimento pujante da exportação de produtos básicos faz com que se aproxime dos manufaturados em termos de contribuição para o valor total das exportações.

Muito da explicação desta evolução do peso dos produtos básicos no pauta de exportações está ligada a evolução do agronegócio. A importância deste segmento na economia brasileira é colocada da seguinte forma:

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.⁴¹

⁴⁰ As pequenas diferenças de valores entre esta tabela e a anteriormente utilizada para determinação do saldo da balança comercial decorrem da utilização de dados preliminares, conforme expressamente indicado no endereço oficial da Secretaria de Comércio Exterior. Todavia, esta pequena diferença é irrelevante para fins de análise da conjuntura das exportações.

⁴¹ Informações disponíveis e extraídas do endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,968707&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acesso em 22/05/2009.

A citação reflete em números a importância e o potencial do agronegócio no país. O aumento da demanda internacional por alimentos, fruto e grande da redução da pobreza em países com grande contingente populacional como China e Índia, pressiona os preços internacionais e torna o setor estratégico no presente contexto mundial.

Neste sentido, o potencial brasileiro é irrefutável. O país possui condições favoráveis em termos de extensão territorial, clima e mão-de-obra disponível capazes de justificar o reconhecimento internacional da relevância do país como produtor mundial de alimentos.

Os números a seguir expostos comprovam a força do agronegócio na economia brasileira:

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES

Exportações	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Total Brasil	73.203	21,1	96.677	32,1	118.529	22,6	137.807	16,3	160.649	16,6
Demais Produtos	42.558	19,5	57.648	35,5	74.912	29,9	88.342	17,9	102.229	15,7
Agronegócio	30.645	23,4	39.029	27,4	43.617	11,8	49.465	13,4	58.420	18,1
Participação %	41,9	-	40,4	-	36,8	-	35,9	-	36,4	-

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A tabela comprova a progressão dos recursos obtidos a partir do agronegócio. O segmento apresenta variações positivas ao longo do tempo de forma a elevar sua participação no saldo de exportações do Brasil.

Dentre os motivos que sustentam a expansão dos valores destes segmentos estão a variação dos preços e da demanda internacional em relação aos produtos básicos exportados pelo país. Tal cenário fica comprovado a partir da análise dos dados relativos a composição individual dos principais elementos da balança comercial⁴² do agronegócio^{43,44}, vista ano a ano:

- 2003 – no ano destaca-se o desempenho do complexo soja. Juntamente com o café (25,2%), tem aumento de preço (14,3%) e também de quantidades exportadas (18,3%). Neste quesito destacam-se também a carne (20,9%) e

⁴² A análise a seguir formulada é baseada nos dados presentes no endereço eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁴³ No presente caso, considera-se o comportamento do complexo soja, carnes, produtos florestais, complexo sucroalcooleiro e café.

⁴⁴ As indicações relativas a variação devem ser vistas como percentual, versando sobre preço, quantidade exportada e variação dos valores exportados, enquanto a indicação de valores absolutos deve ser lida em milhões.

produtos florestais (20,5%). Como resultado, o complexo soja mantém uma folgada liderança em relação ao valor absoluto exportado (8.122) e resulta em sólida variação (18,3%), assim como para carne (20,9%) e produtos florestais (27,7%).

- 2004 – embora o complexo soja permaneça em posição de destaque, outros produtos ganham importância na pauta exportadora. Quanto aos preços, o complexo soja (22,7%), carne (18,1%) e café (28,7%) tem variações significativas. Já para as quantidades, as variações maiores estão na carne (26,7%) e complexo sucroalcooleiro (30,8%). Disto resulta que todos os setores contribuem solidamente em termos de variação dos valores absolutos exportados, com o complexo soja mantendo a dianteira no valor total exportado (10.041).
- 2005 – o ano de 2005 marca um grande avanço do complexo sucroalcooleiro na pauta de exportações brasileiras. O setor apresenta uma grande expansão em termos de preços (30,6%) e em quantidade (14,3%). O resultado é uma variação do valor exportado total (49,3%) neste ano. Com relação aos demais setores, destaque para a expansão de preços do café (47,2%), das quantidades para o complexo soja (9,1%) e carne (16,6%). O curioso deste ano é que, mesmo uma variação positiva na quantidade exportada foi insuficiente para compensar a queda de preços (-13,5%) para o complexo soja. Desta forma, mesmo mantendo a liderança em termos de valores absolutos (9.474), os setores de carne (8.194) e produtos florestais (7.202) se aproximam em termos de valores e, conseqüentemente, em importância para a pauta exportadora.
- 2006 – neste ano o comportamento dos setores em termos de preços e quantidades mantém-se estável como regra, com pequenas variações positivas ou negativas. A exceção está nos preços do complexo sucroalcooleiro. Com uma impressionante variação nos preços (55,3%), o setor também apresenta variação fantástica em termos de variação do valor absoluto exportado (65,9%).
- 2007 – o curioso neste ano é que os preços de todos os setores, à exceção do complexo sucroalcooleiro, apresentam variação superior a 10%, com destaque para o complexo soja (26,0%). Já para as quantidades, apenas a carne apresenta variação significativa (15,5%). Dada a preponderância destes dois setores, em aspectos distintos, o resultado é uma variação expressiva no valor exportado, tanto para carne (30,7%) e para o complexo soja (22,3%). Com isso.

estes setores praticamente se igualam em valores absolutos exportados, com 11.381 para o complexo soja e 11.295 para carne, distanciando-se em relação aos demais.

Os números apresentados, vistos ano a ano, demonstram a expansão do agronegócio brasileiro em diversos segmentos. Com isto, expõe-se com clareza o comportamento de uma das causas primordiais para averiguação de requisitos inerentes a doença holandesa, ora a forte exportação de recursos naturais, na forma de produtos básicos, resultando em superávits comerciais e conseqüentemente, com reflexos na taxa de câmbio do país.

Destarte, é inegável que as exportações do setor industrial apresentam uma forte expansão, tanto para o setor de manufaturados quanto semi-manufaturados. Os percentuais de variação mantêm-se em patamares elevados no curso dos anos apurados, permitindo ao segmento contribuir solidamente para os resultados superavitários da balança comercial brasileira. Com isso, também contribuem para o processo de ingresso de recursos estrangeiros na economia e, conseqüentemente, para o processo de valorização da moeda brasileira.

Logo, é possível resumir que o setor do agronegócio ganha importância no contexto geral das exportações, pelo aumento do volume de recursos dele advindos e de sua participação na composição total das exportações brasileiras. No entanto, o setor industrial preserva importância para as exportações nacionais e também é uma robusta fonte de receitas para formação dos resultados da balança comercial.

4. DOENÇA HOLANDESA E A ECONOMIA BRASILEIRA

Após apurados os elementos pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho, foca-se neste momento em averiguar eventuais indícios de manifestação da doença holandesa na economia brasileira.

Para isso, analisam-se informações disponíveis em relação ao emprego industrial, em termos quantitativos e sua variação ao longo do tempo, bem como a sua participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Também, apresentam-se considerações formuladas por economistas acerca da constatação ou não de indícios de doença holandesa no Brasil.

4.1. Participação do setor industrial na formação do PIB brasileiro

Uma das formas de apuração de indícios de doença holandesa em determinada economia ocorre por meio da análise do comportamento do Produto Interno Bruto deste país. Por meio da análise setorial, em determinado universo de tempo, é possível aferir como cada setor contribui para o produto final, bem como se determina a evolução da contribuição de cada um ao longo dos anos para traçar um comparativo do grau de importância de cada atividade no passado e no presente.

Por uma leitura mais ampla, representa também um retrato – se visto em relação a um ano específico – ou um filme – se visto ao longo dos anos – da evolução da própria economia, pois expõe dados pertinentes ao somatório das atividades econômicas nela desempenhadas.

No caso brasileiro, o Produto Interno Bruto (PIB) apresenta significativos avanços no decorrer das últimas décadas. Muito disto é explicado pela adoção de políticas voltadas ao crescimento econômico do país, como por exemplo a estratégia de substituição das importações. Entretanto, o país passou por períodos de estagnação ou até mesmo decréscimo do produto, em especial nos anos 80 e princípio da década de 90, em boa parte pelos ciclos inflacionários que o país enfrentou. Em números, o PIB brasileiro apresenta a seguinte evolução ao longo dos recentes anos;

TABELA 8 – PRODUTO INTERNO BRUTO

Período	Em milhões de R\$ de 2008	Variação percentual real
2000	2 181 975,26	4,3
2001	2 210 627,19	1,3
2002	2 269 387,74	2,7
2003	2 295 408,99	1,1
2004	2 426 529,46	5,7
2005	2 503 199,88	3,2
2006	2 602 602,11	4,0
2007	2 750 099,89	5,7
2008	2 889 718,58	5,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os valores estão em franca expansão (em alguns em percentual muito inferior ao desejado em vários anos). Isto significa que as atividades produtivas brasileiras também estão em crescimento. Assim, uma análise da participação setorial indica o seguinte resultado:

TABELA 9 – PIB SETORIAL

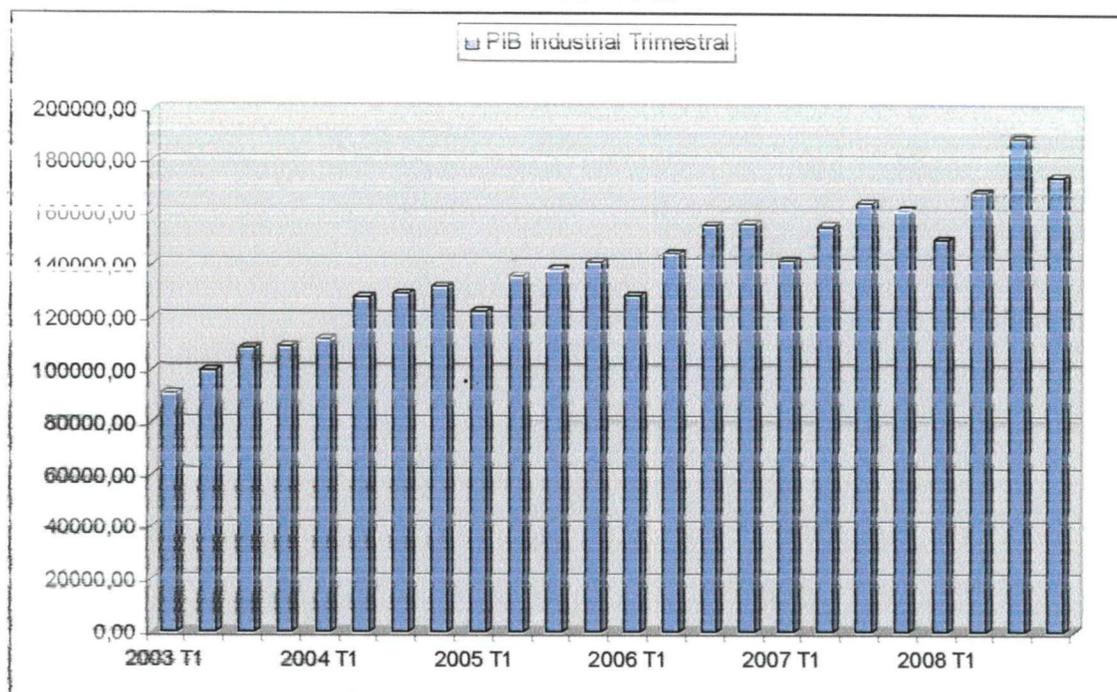
Ano	Agrop.	Variação Anual	Indústria	Variação Anual	Serviços	Variação Anual
2003	108619,00	-	409504,00	-	952491,00	-
2004	115194,00	6,05%	501771,00	22,53%	1049293,00	10,16%
2005	105163,00	-8,71%	539283,00	7,48%	1197807,00	14,15%
2006	111229,00	5,77%	585602,00	8,59%	1337903,00	11,70%
2007	133015,38	19,59%	623720,54	6,51%	1466783,41	9,63%
2008	163536,02	22,95%	682496,55	9,42%	1595021,38	8,74%

Fonte: Elaborado a partir de informações do IPEA-Data

Enquanto o setor agropecuário apresenta um aumento da variação em termos de valores, em especial nos últimos anos da amostra, o setor industrial, embora esteja variando positivamente, apresenta oscilações em percentual inferior aos outros 02 (dois) setores. Já o setor de serviços está em expansão contínua e estável na formação de valor total para determinação do PIB.

Uma abertura das informações pertinentes ao comportamento do setor industrial resulta nos seguintes dados:

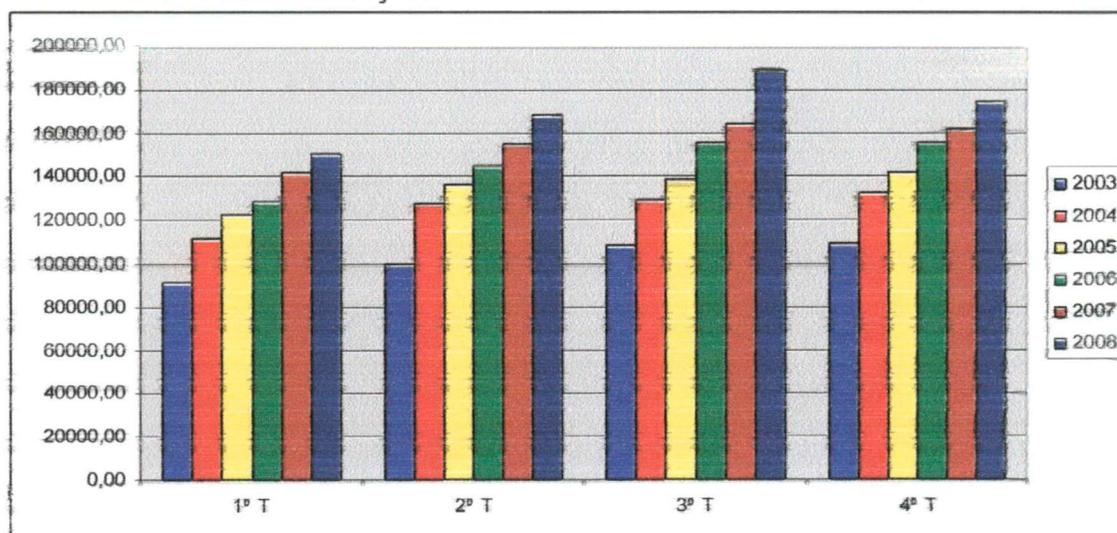
GRÁFICO 5 – PIB INDUSTRIAL TRIMESTRAL



Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA-Data.

O gráfico acima permite visualizar com maior clareza o comportamento geral do setor industrial no tocante a formação de valor. Resta clara a tendência de aumento ao longo, embora não seja um comportamento linear em razão de comportamentos distintos a cada trimestre. Desta forma, apresenta-se outro gráfico que permite observar um comparativo dos resultados trimestrais:

GRÁFICO 6 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS TRIMESTRAIS



Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA-Data.

O comparativo permite analisar os resultados a partir de premissas idênticas de avaliação.⁴⁵ Logo, a leitura dos resultados trimestrais leva ao entendimento que os resultados trimestrais do PIB industrial melhoram a cada ano. Em todos os trimestres há um avanço em relação aos resultados do mesmo trimestre do ano anterior, o que demonstra claramente a tendência de expansão dos resultados derivados do setor industrial.

Ademais, superada a averiguação específica do setor industrial, cumpre traçar um paralelo em relação à sua participação no PIB total da economia, visto por meio dos seguintes números:

TABELA 10- PARTICIPAÇÃO DO PIB INDUSTRIAL NA ECONOMIA

Ano	PIB Ind.(em milhões)	PIB total (em milhões)	Part. %
2003	409.504	1.699.948	24,09%
2004	501.771	1.941.498	25,84%
2005	539.283	2.147.239	25,12%
2006	585.602	2.369.797	24,71%
2007	623.720	2.597.611	24,01%
2008	682.496	2.889.718	23,62%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA-Data⁴⁶

Os percentuais indicam que o setor industrial apresenta uma participação estável na composição total do PIB, com leve tendência de queda, tendo em vista as pequenas e reiteradas reduções a partir de 2004. Desta forma, embora não seja possível afirmar categoricamente que o setor perdeu importância ao longo dos últimos anos, o resultado aponta para uma tendência que merece cautelosa observação, sob risco de agravamento com o curso dos anos.

Em suma, o setor industrial apresenta resultados positivos quanto a valores agregados ao produto total da economia. Ademais, sua participação é estável no produto total, entretanto com ligeira tendência de queda, comportamento este que merece ser observado com zelo para saber se é apenas fruto de uma conjuntura específica ou do próprio estrutural da economia.

⁴⁵ Isto pelo fato que a atividade industrial está relacionada a sazonalidades também, decorrentes de datas e épocas especiais (ex: Natal, início do ano letivo) que podem resultar em diferentes níveis de atividade para setores específicos.

⁴⁶ Para aferição do PIB neste caso utilizaram-se os valores presentes no endereço eletrônico do IPEA, como meio de manter a uniformidade entre as fontes de dados.

4.2. Emprego Industrial no Brasil

Não há como dissociar o comportamento do emprego com o comportamento do PIB da economia. O crescimento econômico é fruto da expansão da economia como um todo, visto a partir de critérios de oferta, demanda e renda. Para o emprego, o crescimento é fundamental, pois impulsionado pela demanda, os ofertantes expandem a produção o que resulta em aumento da demanda por fatores de produção, dentre eles a mão-de-obra⁴⁷.

No entendimento de Pochmann, a relação produto-emprego no Brasil apresenta o seguinte funcionamento ao longo do tempo:

O inequívoco descompasso entre as variações dos índices do produto real e do emprego representa uma novidade no Brasil dos anos 90. Durante o ciclo de industrialização nacional, entre as décadas de 1930 e 1980, a evolução do emprego acompanhou, ainda que não no mesmo ritmo, a expansão do produto.

De fato, entre 1940 e 1989, para uma expansão média anual do Produto Interno Bruto de 7,5%, a ocupação total aumentou 2,0%, sendo de 5,4% a elevação do emprego assalariado com carteira assinada. Com isso, a produtividade total do trabalho (produto/ocupação total) cresceu a uma taxa média anual de 5,3%, enquanto a produtividade do trabalho assalariado formal (produto/emprego formal – produtividade parcial do trabalho) aumentou 2,0% ao ano.

Nos anos 90, o Produto Interno Bruto apresentou um desempenho menor, cerca de 2/3 inferior à variação média anual do período 1940/89. Com variação média anual do PIB de 2,2%, a ocupação total cresceu 1,5%, enquanto o emprego formal foi reduzido, em média, 1,2% ao ano.⁴⁸

Historicamente, o emprego no Brasil, em termos absolutos e relativos, é representado pelos seguintes dados:

⁴⁷ Logicamente que esta conclusão não é absoluta. Em alguns setores a expansão da oferta não estará tão diretamente relacionada a expansão da demanda por trabalho, mas sim por outros fatores, em especial a tecnologia. Todavia, dada a natureza majoritária das atividades produtivas do país, como regra o crescimento econômico tende a gerar expansão do nível de emprego.

⁴⁸ POCHMANN, Márcio. **Produtividade e Emprego no Brasil dos Anos 90**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>. Acesso em 27/05/2009. p. 1.

TABELA 11 – EMPREGO NO BRASIL

ANO	Nº DE EMPREGOS	VAR ABS	VAR REL
1985	23.661.579	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: RAIS/MTE

Os números comprovam que o Brasil apresenta variações expressivas na taxa de emprego nos últimos anos. Os períodos que correspondem ao objeto deste trabalho, os percentuais de variação indicam robustos avanços na geração de empregos no país.

Procura-se então apontar de forma individualizada as conclusões presentes nos relatórios da RAIS para o período compreendido entre 2004-2007, como meio de melhor visualizar o comportamento das atividades setoriais no Brasil no tocante ao emprego:

2004

O ano de 2004 foi caracterizado por um vigoroso crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, que se elevou em 4,94%. O bom desempenho da atividade econômica refletiu-se favoravelmente no comportamento do emprego. Os dados da RAIS 2004 confirmam uma expressiva elevação do emprego formal: no total, entre celetistas e estatutários, verificou-se incremento de 1,86 milhão de empregos, superior aos 861 mil postos de trabalho criados no ano de 2003.

Em termos absolutos, esse foi o melhor resultado da série histórica da RAIS, iniciada em 1985. Já em termos relativos, apresenta a segunda maior taxa de crescimento nesse período, sendo inferior apenas a 1986 (8,16%).(...)

No que diz respeito à dimensão setorial, observa-se que os setores que mais contribuíram para a geração líquida de empregos formais foram a Indústria da Transformação (+570,7 mil empregos ou +10,65%), os Serviços (+522,7 mil empregos ou +5,57%) e o Comércio (+467,8 mil empregos ou 9,14%). Em termos de crescimento relativo, o melhor desempenho ficou a cargo do setor Extrativo Mineral, que cresceu 14,42% no ano (+17,7 mil empregos). Em seguida, destacaram-se a Indústria de Transformação e o Comércio, já citados.

2005

O ano de 2005 foi marcado por uma expansão do Produto Interno Bruto na ordem de 2,28%. Apesar desta elevação não ser tão expressiva, comparativamente ao ano anterior (+4,94%), ela não pode ser desconsiderada, haja vista que ocorreu sob uma base produtiva maior, mantendo a tendência de crescimento do emprego e da massa salarial.

No ano de 2005, o número de vínculos empregatícios no segmento formal do mercado de trabalho aumentou **1,831 milhão**, o que representou um crescimento de 5,83% em relação ao estoque de 31,4 milhões em dezembro de 2004. Esse resultado provém da declaração de 2,724 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que em relação ao ano anterior indica uma elevação de 3,73%.(...)

De acordo com a RAIS, todos os setores registraram aumento no nível de emprego em 2005. Os setores que mais contribuíram para a geração de postos de trabalhos formais foram os Serviços (+609,5 mil empregos ou +6,16%), a Administração Pública (+ 444,1 mil empregos ou 6,26%), o Comércio (+417,9 mil empregos ou 7,48%) e a Indústria da Transformação (+206,6 mil empregos ou +3,49%).

Em termos de crescimento relativo, o melhor desempenho foi do setor da Construção Civil, que cresceu 11,34% no ano, respondendo pela geração de +126,8 mil postos de trabalho no período. Em contrapartida, o setor Agrícola registrou uma variação modesta em 2005 (+0,36% ou + 4,7 mil empregos), ante uma elevação de +8,11% ou + 98 mil empregos em 2004 (ver tabela anexa).

2006

Em 2006, o Produto Interno Bruto apresentou um crescimento na ordem de 3,7% mais favorável que o registrado no ano anterior (2,9%), resultante dentre outros fatores do aumento da massa salarial e da oferta de créditos. Essa expansão do PIB em 2006 refletiu-se positivamente no mercado de trabalho nesse ano.

De acordo com a RAIS, no ano de 2006, foram gerados **1,917 milhão** de empregos formais, o melhor resultado, em números absolutos, da série histórica, iniciada em 1985. Em termos relativos, esse aumento representou uma elevação de 5,77% no estoque de 33,2 milhões em 2005, atingindo o patamar de 35,2 milhões de vínculos empregatícios em 31 de dezembro de 2006. Tais dados foram oriundos da declaração de cerca de 2,834 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que comparativamente ao ano anterior, indica uma elevação de 4,0%.

Neste sentido, a leitura dos dados da RAIS 2006 mostra uma expansão generalizada do nível de emprego em todos os setores de atividade econômica, cabendo destacar, em termos absolutos, os setores de Serviços (+719,1 mil empregos ou +6,84%), a Indústria da Transformação (+461,3 mil empregos ou +7,52%), o Comércio (+325,2 mil empregos ou 5,41%) e a Administração Pública (+ 177,9 mil empregos ou 2,36%). Com relação à Administração Pública, cabe frisar que esse setor reduziu a sua geração de empregos, mas parte dessa retração ocorreu em razão de que alguns estabelecimentos migraram para o setor de Serviços, especialmente para o subsetor de Ensino e Serviços Médicos Odontológicos.

Em termos de crescimento relativo, os melhores desempenhos foram observados nos setores da Extrativa Mineral (+24,14%) e da Construção Civil (+11,89%), ao responderem pelo incremento de 35,6 mil e 148,1 postos de trabalho, respectivamente. No tocante ao setor da Extrativa

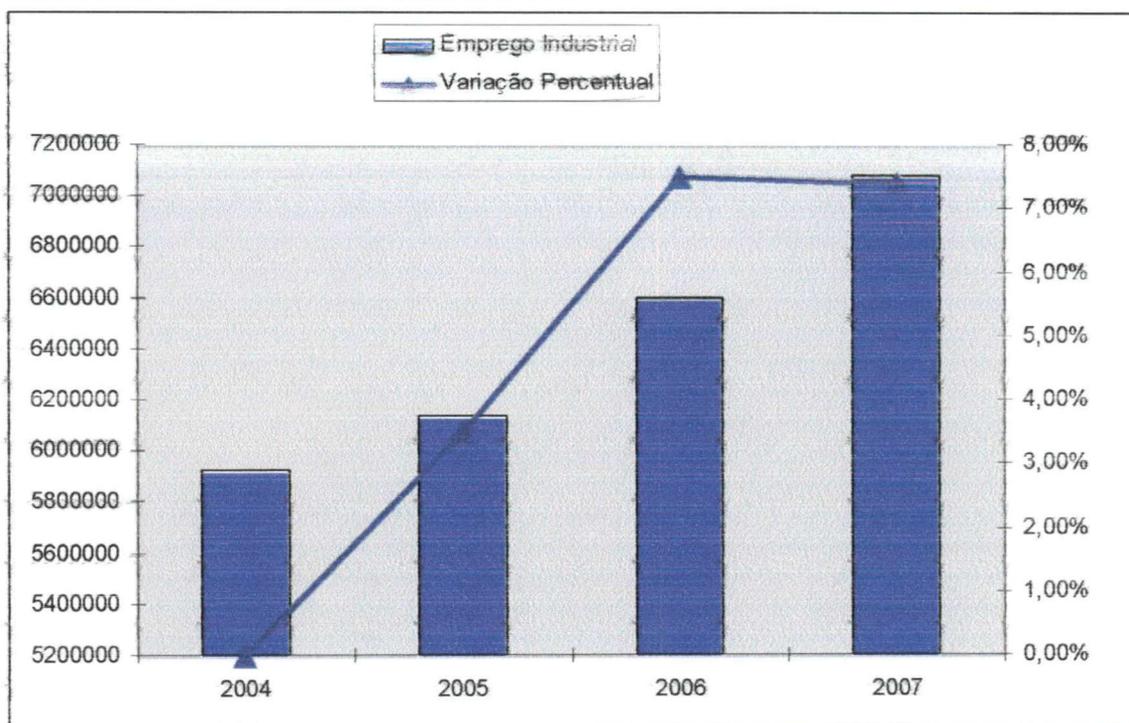
Mineral, cumpre frisar que esse crescimento deve ser relativizado, uma vez que esse setor se beneficiou com a migração de estabelecimentos de outros subsetores, particularmente da Indústria Química.

2007

A leitura dos dados da RAIS 2007 mostra que todos os setores de atividade econômica registraram expansão no nível de emprego. Em termos absolutos, os setores que mais se destacaram foram: Serviços (+705,9 mil empregos ou +6,29%), a Indústria da Transformação (+487,4 mil empregos ou +7,4%), a Administração Pública (+ 476,6 mil empregos ou +6,17%) e o Comércio (+510,6 mil empregos ou +8,07%). Merece destacar os desempenhos da Indústria de Transformação e do Comércio que obtiveram um crescimento acima da média da totalidade dos setores (+6,98%) o que pode estar refletindo os efeitos da estabilidade econômica e das melhores condições de crédito.⁴⁹

Em termos de crescimento relativo de emprego, o setor industrial consigna a dinâmica a seguir apresentada:

GRÁFICO 7 – EMPREGO INDUSTRIAL



Fonte: Elaborado a partir de dados da RAIS/MTE

O gráfico representa com precisão o panorama do emprego industrial no Brasil. Em números absolutos, há um crescimento ligeiramente superior a 1.000.000 (um milhão) de vagas no setor durante os 4 (quatro) anos objeto da análise.

⁴⁹ Informações disponíveis em http://www.mte.gov.br/rais/resultados_definitivos.asp. Acesso em 29/05/2009.

Ademais, há evolução na taxa de crescimento até 2006, quando a taxa de expansão mantém-se em torno de 7%.

Finalmente, apresenta-se um breve comparativo de participação do emprego industrial na composição do emprego total do país:

TABELA 12 – PARTICIP. DO EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL

Ano	Emprego Industrial	Emprego Nacional	Part. %
2004	5926857	31407576	18,871%
2005	6133461	33238617	18,453%
2006	6594783	35155249	18,759%
2007	7082167	37607430	18,832%

Fonte: Elaborado a partir de dados da RAIS/MTE

Conclui-se que ao longo dos anos indicados o emprego industrial mantém constante sua participação na formação do emprego total brasileiro. Desta forma, as variações do emprego total são acompanhadas pelas variações do emprego industrial, de forma a preservar sua relevância para formação do emprego total do país.

Em resumo, demonstra-se nesta seção o inegável crescimento do número de empregos no Brasil. Também se constata o aumento do nível de emprego no setor industrial, bem como sua participação no emprego total do país mantém-se constante ao longo do tempo. Ou seja, o emprego industrial, tanto em termos absolutos quanto relativos, não perde relevância no período de 2004 a 2007.

Portanto, diferentemente do que os números demonstram para composição do PIB, onde se identifica uma ligeira tendência de redução da participação industrial pela queda tênue, porém reiterada de seu percentual de participação, os dados do emprego industrial são de certa forma estáveis, quanto a totalidade do emprego no país. Assim, um eventual declínio do setor industrial para o período de 2004-2007 está presente no percentual do PIB, mas não no percentual do emprego.

4.3. Posicionamentos acerca da Doença Holandesa na Economia Brasileira

O tema é alvo de controvérsias entre economistas do Brasil. Por agregar diversas variáveis distintas que, encadeadas deságuam nas variáveis mais

importantes para o problema em tela, o assunto é espinhoso o suficiente para resultar em posicionamentos diferenciados.

Desta forma, encontram-se considerações favoráveis e contrárias à presença de elementos pertinentes a doença holandesa no Brasil. Cabe ressaltar que as diversas análises formuladas na maioria dos casos abordam períodos distintos ou ainda partem de elementos para formular as considerações de cada autor. Todavia, toma-se esta diversidade como meio enriquecedor do tratamento da matéria, permitindo agregar aspectos distintos acerca de um mesmo tema.

Tratando do tema, Souza Júnior conclui:

Deste modo, responsabilizar a exploração e exportação de commodities por uma possível desindustrialização é de certa maneira uma análise simplista. Existem outros “males nacionais” entre os quais, ausência de política científica e tecnológica, deterioração da infraestrutura, altos impostos e juros, etc. A “maldição dos recursos naturais” é provocada pelos gargalos estruturais, atuando como fatores de entrave à competitividade externa, o que a torna ainda mais sensível à valorização cambial.⁵⁰

Em sentido próximo, a partir da análise do comportamento das exportações brasileiras, Nakahodo e Jank concluem:

A idéia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos superávits da balança comercial nos produtos não commoditizados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela idéia simplista de que produzir commodities não seria também uma “atividade industrial”. Por trás da exportação brasileira de commodities há uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, além do apoio de inúmeros serviços de suporte.⁵¹

Embora não trate especificamente de doença holandesa, mas sim de desindustrialização de uma forma mais ampla, Nassif sugere:

Em suma, até aqui não se pode concluir que o Brasil tenha passado por desindustrialização, porque não se assistiu a um processo **generalizado** de mudança na realocação dos recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias tecnologicamente baseadas em recursos naturais e em trabalho. (...) Portanto, o período de 1990 até o presente não pode ser qualificado como de “desindustrialização”. Apesar das baixas taxas de crescimento médias

⁵⁰ SOUZA JR, Geraldo Lopes. **Doença holandesa: o Brasil corre este risco?** Disponível em http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/publicacao_economia/artigos/edicao1/holandesa.pdf. Acesso em 11/03/2008. p. 2 e 3.

⁵¹ NAKAHODO, Sidney Nakao e JANK, Marcos Sawaya. Op. cit. p. 19

anuais do PIB brasileiro entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica conseguiu manter um nível de participação médio anual da ordem de 22% no período, praticamente o mesmo percentual observado em 1990. Nos últimos anos, houve um ligeiro aumento dessa participação, chegando a 23% em 2004.

As evidências empíricas também não confirmam uma "nova doença holandesa" no Brasil, seja porque não se verificou uma realocação **generalizada** de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais, seja porque não se configurou um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho.⁵²

Destarte, Scheinkman define a partir das seguintes premissas:

A desindustrialização do Brasil, se ocorrer, não vai ser seqüela de uma "dutch disease", mas de males nacionais, como a ausência de uma política de ciência e tecnologia adequada, a deterioração da infra-estrutura ou os altos impostos. Investimentos em educação, subsídios à pesquisa e a criação de melhor infra-estrutura podem gerar novas vantagens comparativas para o Brasil, mas o controle de câmbio e a manutenção da proteção à indústria nacional vão simplesmente contribuir para nos tornar mais pobres.⁵³

Portanto, o raciocínio aplicado sustenta-se que o país não padece dos males da doença holandesa. Em especial, pela composição das exportações, da dificuldade em dissociar atividades produtivas de *commodities* de algum elemento industrial e pelo comportamento do emprego industrial ao longo dos últimos anos.

Em comparação com os números apresentados no curso deste trabalho, nota-se a exatidão dos argumentos suscitados. Embora as exportações de *commodities* apresentem um espetacular desempenho nos últimos anos, o setor industrial mantém-se forte, em trajetória positiva em termos de resultados. Também, o emprego industrial encontra-se em expansão em termos absolutos e estável em termos de participação no emprego total da economia.

Sob este enfoque, é defensável o argumento que a economia brasileira não seria uma vítima das mazelas decorrentes da doença holandesa.

Por outro lado, renomados economistas defendem que o país passa a sofrer os efeitos da doença holandesa. De forma incisiva, Mendonça de Barros externa sua preocupação:

Nesse novo Brasil que acredito existir, uma questão central se coloca: como devemos reagir ao fato de que, por condições externas altamente

⁵² NASSIF, André. Op. cit. p. 27 e 33.

⁵³ SCHEINKMAN, José Alexandre. **A "doença holandesa" e os males do Brasil**. Disponível em <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/objcosmo/message/203>. Acesso em 29/05/2009. p. 1.

favoráveis às nossas exportações de commodities, passamos a ter um saldo estrutural de dólares em nossas contas externas.(...)

O que aparece nesse olhar prospectivo sobre nosso futuro é claramente uma versão moderna do que os economistas chamam de "Dutch disease". Ou seja, a situação em que uma economia entra em fase de desindustrialização por conta de um câmbio valorizado devido a um boom nas exportações de produtos primários. A primeira vez que o fenômeno chamou a atenção dos economistas foi na Holanda, no início da segunda metade do século passado. Mas hoje essa doença econômica é potencialmente muito mais grave, devido às tectônicas e estruturais mudanças na dinâmica do comércio internacional provocadas pela incorporação de centenas de milhões de chineses (e indianos) na economia mundial. Uma taxa de câmbio valorizada por conta de movimentações financeiras ou por exportações vigorosas de produtos primários pode ser mortal para a indústria de um país nesse contexto. Esse problema vai atingir em cheio o Brasil nos próximos anos. Não tenha dúvida disso.⁵⁴

Corroborando com este pensamento, Bresser-Pereira conclui:

A economia brasileira possui vantagens comparativas na produção de diversas commodities e, por conseqüência, tende a ser afetada pela doença holandesa. Até o início da década de 90, esta falha de mercado foi neutralizada pela política de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que taxava a receita de exportações de commodities primárias e desestimulava a importação de produtos manufaturados, resultando no incentivo à sua produção interna. Após esta data, com o fim destes mecanismos, o país deixou de neutralizar a doença holandesa¹⁵. A partir de 2003, o crescimento mais intenso da demanda e dos preços relativos das commodities (comparados aos dos manufaturados), conjugado à prática de um diferencial elevado entre a taxa de juros interna e externa, contribuiu para apreciar a taxa de câmbio (conforme cenário descrito na primeira seção deste trabalho) e agravar os impactos da doença holandesa no país. (...)

Os indícios de um processo de desindustrialização são, portanto, claros. Não se trata de uma desindustrialização galopante, porque a doença holandesa no Brasil não é tão grave quanto a existente em países produtores de petróleo ou de diamantes. Porém, para que as autoridades econômicas começassem a tomar medidas corretivas, os dados disponíveis são conclusivos. Além disso, confirmam o que prevê a teoria econômica. Um país que tem recursos naturais abundantes e baratos terá doença holandesa, e só se industrializará, como o Brasil se industrializou, se sua política econômica neutralizar os efeitos negativos da mesma. Foi o que fizemos até 1992. Entre 1990 e 1992 houve uma forte apreciação da moeda local não em termos nominais mas em termos efetivos, porque foram retirados os impostos de importação e os subsídios que neutralizavam a doença holandesa. Começou então o processo de desindustrialização. Por outro lado, também ensina a teoria que, quando os preços das commodities que dão origem à doença holandesa aumentam, ocorre um agravamento da doença. Foi o que ocorreu a partir de 2002.⁵⁵

Finalmente, em seminal artigo, Palma qualifica a questão da seguinte forma:

⁵⁴ BARROS, Luis Carlos Mendonça de. **Uma encruzilhada para o Brasil**. Disponível em http://www.psdbrj.org.br/publicacoes/artigos/artigos_detalhe.php?id=241. Acesso em 29/05/2009. p. 1

⁵⁵ BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marcini.5.4.08.pdf>. Acesso em 01/06/2009. p. 9-10 e 16-17.

Em resumo, neste artigo, a doença holandesa não é vista como simplesmente "excedendo" a desindustrialização, mas sim como um tipo específico de excesso, associado ao movimento de um processo de desindustrialização típico de países que seguem uma pauta de industrialização que visa à geração de um superávit comercial industrial para um processo de desindustrialização típico de países capazes (e satisfeitos) de gerar um superávit comercial de produtos primários ou serviços. Em geral, a mudança entre os dois tipos de processos de desindustrialização ocorreu por uma de três diferentes razões: (i) a descoberta de recursos naturais (por ex., a Holanda); (ii) o desenvolvimento de atividades de exportação de serviços, principalmente turismo e finanças (por ex., Grécia no primeiro e Hong Kong SAR no segundo); e, por último, (iii) mudanças na política econômica, que trouxeram os países que estavam acima da sua posição Ricardiana natural de volta para sua posição de vantagem comparativa tradicional (estática) (por ex., Chile, Brasil e Argentina).⁵⁶

A visão favorável a existência da falha de mercado em tela na economia brasileira respalda-se na conjunção de fatores como a pujança da demanda mundial por *commodities*, a elevação dos preços internacionais destes produtos, associadas a adoção de políticas econômicas equivocadas⁵⁷ que refletem diretamente na taxa de câmbio e inviabilizam o setor industrial do Brasil.

Tal argumentação também é amplamente validam, corroborando com as informações expostas no decorrer deste trabalho. As exportações de *commodities* apresentam uma forte variação positiva no curso dos últimos anos. Ademais, o aumento da demanda internacional pressiona os preços e assim, resulta em maiores retornos no comércio internacional.

Destarte, a taxa de câmbio brasileira apresenta uma assustadora apreciação, derivada da conjunção de uma série de fatores como balança comercial superavitária e política monetária respaldada em altas taxas de juros. Ou seja, estaríamos diante de uma armadilha pronta; bastaria apenas a economia brasileira se tornar vítima desta armadilha. Tal situação poderia ser identificada pela tímida, porém reiterada queda na participação do produto industrial em relação ao produto brasileiro.

Por fim, os efeitos da doença holandesa não são imediatos. Representam muito mais uma doença degenerativa, onde o paciente sofre lentamente os efeitos negativos da enfermidade. Em síntese, trata-se um problema de longo prazo. Assim,

⁵⁶ PALMA, José Gabriel. Op. cit. p. 23.

⁵⁷ O curioso é que outros autores identificam este problema, mas não o enquadram como relacionado à doença holandesa. Todavia, o raciocínio formulado no artigo de José Gabriel Palma sustenta o enquadramento da hipótese de adoção de políticas econômicas equivocadas como um causador de doença holandesa nos países latino-americanos.

é preciso aclarar que o objeto deste trabalho reside em período específico, insuficiente para refletir inteiramente os efeitos da doença. Todavia, é válido para constatar a presença de elementos condizentes com o conceito, indicando desta forma um cenário apto a instauração, evolução ou agravamento de um problema em curso.

Desta forma, mesmo que a doença não aponte para a plenitude de seus efeitos no período de 2004-2007, é preciso atenção para o comportamento das variáveis nos anos subseqüentes, pois conforme exposto no princípio deste trabalho, um problema identificado no presente muitas vezes encontra explicação por evento ocorrido no passado da economia.

5. CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho era apurar a presença de indícios de instauração da doença holandesa na economia no período de 2004 a 2007 ou, ao menos, constatar elementos que permitam concluir que o país apresenta características que o tornam vulnerável a ser alvo dos efeitos deste problema econômico.

Ademais, a análise não pode desconsiderar o dinamismo econômico peculiar à economia brasileira, a qual não está atrelada unicamente a recursos derivados de uma única atividade, mas sim apresenta um extenso rol de itens que compõe a sua pauta produtiva.

Assim, em um primeiro momento, procurou-se delimitar o significado da expressão “doença holandesa”. Assim, entende-se como uma falha de mercado decorrente da exploração e exportação maciça de recursos naturais, o que resulta em uma forte entrada de recursos estrangeiros na economia do país via superávits na balança comercial. Com isso, há uma valorização da taxa de câmbio, resultando em perda de competitividade de outros setores da economia, principalmente a indústria. Também, em uma leitura elasticizada, a causa pode ser ainda a abundância de mão-de-obra barata e a execução equivocada de políticas econômicas que acabem por refletir no comportamento das variáveis relacionadas a doença holandesa.

Na seqüência, o objeto de análise foi o comportamento da taxa de câmbio, subsidiada pela apuração das reservas internacionais, balança comercial e comportamento da exportação de produtos naturais. Os resultados demonstram uma forte valorização da moeda brasileira, com paralelo aumento das reservas internacionais. Muito disto explicado pelos resultados superavitários da balança comercial brasileira, com franca expansão das atividades relacionadas ao agronegócio. Os números deste segmento demonstram a propensão de avanço de todos os setores ao longo do tempo, com a liderança do complexo soja e carne. Todavia, ressalte-se que as exportações industriais também tiveram resultados positivos ao longo do mesmo período analisado.

Por fim, atuando de forma mais direta, averiguou-se as informações relativas ao setor industrial na formação do produto interno bruto e no emprego nacional. Os resultados demonstram que no período de 2004 a 2007 o segmento evoluiu em números absolutos em ambos os aspectos. Ademais, na comparação

com os resultados nacionais, manteve uma participação estável, ou seja, sem oscilações relevantes que pudessem indicar uma nova tendência para o setor industrial no Brasil, com a ressalva de se observar com maior cuidado a evolução do setor na formação do PIB da economia. Em resumo, um primeiro aspecto relativo ao desencadeamento do problema está identificado, ora uma robusta expansão das receitas derivadas da exportação de *commodities*. A primeira consequência natural também está identificada, pela intensa apreciação da taxa de câmbio. Todavia, os dados correspondentes ao período de 2004-2007 não demonstram que o setor industrial foi prejudicado por esta nova tendência do câmbio. Tanto internamente, via resultados do PIB e composição do emprego nacional, quanto externamente, via exportação de produtos manufaturados e semi-manufaturados, o setor conserva sua participação e importância na economia do país.

Portanto, os resultados do setor industrial no período de 2004-2007 afastam a idéia de indícios de instauração de doença holandesa na economia brasileira neste intervalo temporal.

Mas, é preciso cautela. A doença holandesa consiste em um fenômeno de longo prazo e dificilmente a totalidade de seus efeitos poderiam se manifestar em um período curto de tempo.

Conforme exposto ao longo deste trabalho, embora não se configure no período indicado, encontram-se presentes elementos peculiares à sua formação, como ganhos derivados da exportação de *commodities* e forte apreciação da taxa de câmbio, bem como uma ligeira tendência de queda na participação do PIB industrial no PIB total da economia.

Se considerarmos válida a leitura de que a adoção de uma política econômica equivocada como causa da doença holandesa, o Brasil poderá rumar para configuração de seus efeitos finais desta falha de mercado em nossa economia. Para isso, basta que perdurem a tendência das demais variáveis e o setor industrial sinta os reflexos do câmbio excessivamente valorizado, seja internamente pelo aumento da competição com os produtos importados, seja externamente com o encarecimento dos bens industriais produzidos em nosso país em comparação àqueles produzidos nos demais países, o Brasil poderá sofrer os efeitos de uma doença holandesa, pela desindustrialização precoce do aparato produtivo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/>.

BARROS, Luis Carlos Mendonça de. **Uma encruzilhada para o Brasil**. Disponível em http://www.psdb-rj.org.br/publicacoes/artigos/artigos_detalhe.php?id=241. Acesso em 29/05/2009.

BERGEVIN, Philippe. **Energy Resources: Boon or Curse for the Canadian Economy?** Disponível em <http://www.part.gc.ca/library/prbpubs/prb0586-e.htm>. Acesso em 11/03/2009.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4ª Ed. trad. MARTINS, Cláudia e ROSEMBERG, Mônica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Câmbio flutuante faz 10 anos com teste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 2009. Caderno DINHEIRO. p. B.3. Entrevista concedida a Toni Sciarretta.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Desindustrialização e doença holandesa**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2307>. Acesso em 11/03/2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Doença holandesa e estagnação**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2159>. Acesso em 11/03/2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Doença Holandesa e sua Neutralização: uma Abordagem Ricardiana**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.DoencaHolandesa.15deze mbro.pdf>. Acesso em 03/04/2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Por que não limitar a entrada de capitais?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 2009. Caderno DINHEIRO. p. B.3.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe>.

[doen%C3%A7a_holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf](#). Acesso em 01/06/2009.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/macro/>.

CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel, PRIMI, Annalisa e VERGARA, Sebastian. **Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnologia en America Latina**. Publicado em Heterogeneidad Estructural, Asimetrías Tecnológicas y Crecimiento em America Latina. Editor: Mario Cimoli. CEPAL: Santiago de Chile, 2005. p. 9-37.

CURADO, Marcelo Luiz, NAKABASHI, Luciano e PEREIRA NETO, João Basílio. **Os efeitos do câmbio no crescimento da economia brasileira**. Disponível em http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2008_texto_04.pdf. Acesso em 12/04/2009.

GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, A. S. de, TONETO JUNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia**. 2ª Ed. americana. Trad: MONTEIRO, Maria José Cyhlar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio>.

NASSIF, André. **Há evidências de Desindustrialização no Brasil?** Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td-108.pdf>. Acesso em 16/12/2008.

NAKAHODO, Sidney Nakao e JANK, Marcos Sawaya. **A Falácia da “Doença Holandesa no Brasil**. Disponível em <http://iepecdg.com/DISK/Arquivos/Leiturassugeridas/DoencaHOLANDESAFINAL6MARfinal27032006.pdf>. Acesso em 11/03/2009.

PALMA, José Gabriel. **Quatro Fontes de “Desindustrialização” e um Novo Conceito de “Doença Holandesa”**. Disponível em http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf Acesso em 04/03/2009.

POCHMANN, Márcio. **Há desindustrialização no Brasil?** Disponível em www.confea.org.br/publique/media/materia4.doc. Acesso em 07/03/2009.

POCHMANN, Márcio. **Produtividade e Emprego no Brasil dos Anos 90**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>. Acesso em 27/05/2009.

PORCILE, Gabriel, Holland, Márcio. **Brecha Tecnológica y Crecimiento em América Latina**. Publicado em Heterogeneidad Estructural, Asimetrías Tecnológicas y Crecimiento em America Latina. Editor: Mario Cimoli. CEPAL: Santiago de Chile, 2005. p. 40-64.

ROWTHORN, Robert e RAMASWAMY, Ramana. **Growth, Trade, and Deindustrialization**. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>. Acesso em 08/04/2009.

SCHEINKMAN, José Alexandre. **A “doença holandesa” e os males do Brasil**. Disponível em <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/objcosmo/message/203>. Acesso em 29/05/2009.

SCIARRETTA, Toni. **Câmbio flutuante faz 10 anos com teste**. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 2009. Caderno DINHEIRO, p. B.3.

SOUZA JR, Geraldo Lopes. **Doença holandesa: o Brasil corre este risco?** Disponível em http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/publicacao_economia/artigos/edicao1/holandesa.pdf. Acesso em 11/03/2008.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Teses, Dissertações, Monografias e Outros Trabalhos Acadêmicos 2.** 2ª edição. UFPR: Curitiba, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Citações e Notas de Rodapé 3.** 2ª edição. UFPR: Curitiba, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Referências 4.** 2ª edição. UFPR: Curitiba, 2007.